

**UNIVERSIDADE PAULISTA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

**A NARRATIVA ESPETACULAR NA MÍDIA TELEVISIVA:
A VOTAÇÃO DO *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF
(PT) NA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Paulista – UNIP, para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

ISABEL CRISTINA DE ARAÚJO RODRIGUES

SÃO PAULO

2018

**UNIVERSIDADE PAULISTA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

**A NARRATIVA ESPETACULAR NA MÍDIA TELEVISIVA:
A VOTAÇÃO DO *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF
(PT) NA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Paulista – UNIP, para obtenção do título de Mestre em Comunicação, sob a orientação da Profa. Dra. Carla Montuori Fernandes.

ISABEL CRISTINA DE ARAÚJO RODRIGUES

SÃO PAULO

2018

Rodrigues, Isabel Cristina de Araújo.

A narrativa espetacular na mídia televisiva: a votação do impeachment de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados / Isabel Cristina de Araújo Rodrigues. - 2018.

66 f.: il. color.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Paulista, São Paulo, 2018.

Área de concentração: Comunicação e Cultura Midiática.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Carla Montuori Fernandes.

1. Políticos. 2. Deputados federais. 3. Imagem pública. 4. Representação. 5. Espetáculo. 6. Midiatização ampliada. 7. Impeachment. I. Fernandes, Carla Montuori (orientadora). II. Título.

ISABEL CRISTINA DE ARAÚJO RODRIGUES

**A NARRATIVA ESPETACULAR NA MÍDIA TELEVISIVA:
A VOTAÇÃO DO *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF
(PT) NA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Paulista – UNIP, como requisito para obtenção do título de mestre em Comunicação.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

/ /
Prof. Dr. Jorge Miklos
Membro interno

/ /
Prof. Dr. Sidnei Ferreira Vares
Membro externo

/ /
Prof.^a Dr.^a Carla Montuori Fernandes
Orientadora

DEDICATÓRIA

À minha filha Maria Luísa, grande inspiração, força e orgulho da minha vida. Ao meu marido, João, grande amor e companheiro de jornada, pelo apoio em todos os momentos.

À minha mãe, Maria Bárbara (in memorian) por ter me feito feliz, forte e realizadora de sonhos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora Profa. Dra. Carla Montuori Fernandes pela confiança e pelos momentos de aquisição de conhecimento e colaboração.

Agradeço a todos os professores do Mestrado pela contribuição inestimável.

Agradeço aos membros da banca pelo tempo dispensado a leitura desse estudo e pela inestimável contribuição.

Muito obrigada aos profissionais da secretaria do programa de Pós-Graduação da UNIP, especialmente ao Marcelo e Cristina, que gentilmente sempre dedicaram seu tempo a me orientar todas as vezes que necessitei.

Agradeço ao programa de bolsas CAPES/PROSUP, pela bolsa concedida, permitindo a realização deste importante desafio.

Agradeço à minha filha Maria Luísa e à minha afilhada Karine G. Hohl pelo apoio e colaborações durante o processo de construção desse estudo.

Especialmente agradeço meu marido e companheiro de vida, João Fortunato, por todo o apoio e ricas discussões que tanto ajudaram durante as leituras e estudos que fiz.

Por fim, não poderia deixar de agradecer à minha grande amiga e companheira de profissão, Simone Bambini, por todo incentivo para que eu iniciasse e concluísse esse Mestrado sempre me ouvindo e participando do meu processo de aprendizado.

“A turbulência dos demagogos derruba os governos democráticos”. Aristóteles.
“A democracia muitas vezes significa o poder nas mãos de uma maioria
incompetente”.

George Bernard Shaw

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é identificar as narrativas dos políticos da Câmara dos Deputados no momento da votação pela admissibilidade do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (PT), em 17 de abril de 2016. Para tanto, o estudo analisará como a mídia televisiva colabora para a construção da imagem do político e, ainda os mecanismos discursivos desses agentes políticos, falas eleitoreiras e espetaculares, os quais permitem que possam demarcar posição dentro de seu campo de atuação. O estudo traz a identificação dos deputados federais e seus votos, muito descompassados com o mote do processo, mas em conformidade com a imagem representada pretendida pelo político e adsorvida pela mídia. Ainda, irá contribuir no sentido de analisar e interpretar como se estabelece a confluência entre a narrativa dos deputados federais e a formação da imagem política e partidária que os agentes políticos representam. Para tanto, o estudo terá como base a metodologia da análise de conteúdo de Bardin.

Palavras-chave: Políticos. Deputados federais. Imagem pública. Representação. Espetáculo. Midiatização. *Impeachment*.

ABSTRACT

The objective of this research is to identify the narratives of the Chamber of Deputies' politicians at the moment they vote on the admissibility of the impeachment process of President Dilma Rousseff (PT), on April 17, 2016. For this, the study will analyze how the television media collaborates for the construction of the image of the politician, and also the speech mechanisms of these political agents, their spectacular and opportunistic statements, which allow them to demarcate their position within their field of action. The study brings the identification of the federal deputies and their votes, very unconnected with the motto of the process, but in accordance to the image they intend to project and to be absorbed by the media. Still, it will contribute to analyze and interpret how the convergence between the narrative of federal deputies and the formation of the political and party image that the political agents represent is established. To do so, the study will be based on the Bardin content analysis methodology.

Keywords: Politicians. Federal deputies. Public image. Representation. Show. Mediatization. Impeachment.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Disposição da quantidade de votos de cada partido participante.....	39
Tabela 2 – Composição das principais lideranças. São Paulo, 2018	43
Tabela 3 – Representação dos votos categorizados. São Paulo, 2018	52

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Composição das bancadas da 55 ^a legislatura (2014-2018)	41
Quadro 2 – Narrativas da categoria eleitoreira: Família	55
Quadro 3 – Narrativas da categoria eleitoreira: Religião e Crença	56
Quadro 4 – Narrativas da categoria eleitoreira: Estado de origem dos deputados ..	58
Quadro 5 – Narrativas da categoria posição política: Partidária.....	59
Quadro 6 – Narrativas da categoria posição política: Fiéis ao governo	61
Quadro 7 – Narrativas da categoria posição política: Alusivas ao PT	62

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Porcentagem dos votos conforme categoria. São Paulo, 201853

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 CAMPO POLÍTICO, A IMAGEM PÚBLICA E A MÍDIA TELEVISIVA.....	19
2.1 O campo político e o campo midiático	19
2.2 A mídia televisiva e a formação da imagem política	23
2.3 A imagem pública, suas representações e espetacularização	27
2.4 Política e espetáculo midiático televisivo	32
3 O CONTEXTO POLÍTICO BRASILEIRO	35
3.1 Breve histórico da Câmara dos Deputados.....	35
3.2 O Contexto Político da Câmara dos Deputados em 2014.....	38
3.3 A conjuntura política de 2013 até 2016 – da campanha ao <i>impeachment</i> da ex-presidente Dilma Rousseff (PT)	43
4 VOTAÇÃO PELA ADMISSIBILIDADE DO IMPEACHMENT: CONTEXTO DA SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, NO DIA 17 DE ABRIL DE 2016.....	50
4.1 Representação das narrativas dos deputados federais no momento do voto: uma análise de conteúdo	51
4.1.1 Eleitoreira	53
4.1.2 Posição Política	58
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
REFERÊNCIAS.....	65

1 INTRODUÇÃO

Em 27 de outubro de 2014, a Presidente Dilma Rousseff (PT) foi reeleita, em segundo turno, com mais de 54 milhões de votos contra seu oponente Aécio Neves (PSDB), que conquistou 43,7 milhões de votos, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A reeleição foi constituída por uma coligação¹ com nove partidos e contendas nos campos político e midiático.

Já no início do segundo mandato, o resultado das urnas era discutido no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A oposição, encabeçada pelo derrotado no segundo turno da disputa eleitoral, Aécio Neves, pedia a sua revisão por entender que o pleito fora fraudado. Auditoria realizada pela oposição, com a devida autorização do TSE, apenas confirmou a lisura da eleição. No entanto, delações de réus envolvidos na Operação Lava Jato, conduzida pela Polícia Federal, Ministério Público Federal e Justiça Federal concentradas no Paraná, o qual investigava fraudes em contratos da Petrobras que envolvia nomes de executivos de empreiteiras, executivos da própria estatal e políticos de diferentes partidos, acirram os ânimos políticos. Tais ocorrências colocavam em evidência o governo, a ex-presidente Dilma Rousseff (PT), seu partido político e, ainda, a sua base política de sustentação.

Nesse momento, mais uma vez, a possibilidade de cassação do mandato da ex-presidente Dilma ganha notoriedade, tanto entre os políticos quanto no noticiário da imprensa brasileira e internacional, agora, por indícios de que contribuições financeiras feitas para sua campanha eleitoral foram oriundas de propinas de empresas investigadas na Operação Lava Jato. A divulgação pela mídia dos depoimentos dos investigados beneficiados pela delação premiada à Justiça Federal contribui para fortalecer a crise política e desgastar ainda mais a imagem pública do governo, que já sofria com este processo por causa da crise econômica.

Em meio a todo esse cenário já turbulento, o Tribunal de Contas da União (TCU) revela que a presidente petista usou dinheiro de bancos públicos para custear despesas do governo com programas sociais, prática que foi denominada de “pedaladas fiscais”. Inicia-se a discussão na Câmara dos Deputados, agora sobre

¹ A coligação de Dilma Rousseff (PT) era composta pelo PT, PMDB, PDT, PC do B, PP, PR, PSD, PROS e PRB.

uma base teoricamente mais consistente, o chamado crime de responsabilidade, a respeito do impedimento da continuidade do governo Dilma.

A conjuntura econômica do país vivia o seu pior momento, segundo dados publicados em 26 de junho de 2016, no portal G1. A taxa de desemprego no trimestre encerrado em maio do mesmo ano, medida pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística), era de 11,2%, o IPCA (Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo), indicador usado para medir o custo de vida de famílias com renda entre 1 a 40 salários mínimos mensais, foi de 10,67%, a inflação em abril de 2016 que era de 9,27%, saíra da casa dos dois dígitos apesar da recessão ainda severa. O baixo consumo de bens e serviços e as vendas no varejo sofriam recessão e queda, segundo dados publicados no jornal *Folha de S. Paulo*, em 30 de agosto de 2016. Os números indicavam uma baixa de 8,9% em julho comparado ao mesmo mês do ano anterior. Esse cenário desfavorável afetou a credibilidade do país junto a investidores e elevou a desconfiança dos empresários. Além disso, a política vivia um colapso institucional: diversos membros do Senado e da Câmara eram personagens centrais das denúncias de corrupção, entre os quais Eduardo Cunha (PMDB/RJ) e Renan Calheiros (PMDB/AL), presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado, respectivamente. Havia uma panaceia de fatos e atitudes sendo divulgadas, contrária aos discursos parlamentares, os quais apenas visavam a sustentação dos sujeitos envolvidos em seus postos. Um cenário muito turbulento.

Desta forma, a situação fortalece o debate sobre o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (PT). Denúncia feita pelos juristas Miguel Reale Jr., Janaina Paschoal e Hélio Bicudo é entregue ao presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), também alvo de processo da Comissão de Ética da Câmara, para avaliar se o parlamentar mentiu na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras, onde negou ter recebido propinas da estatal e também negou que possuía contas em bancos no exterior. Porém, suas negativas foram comprovadamente desmentidas.

O clima truculento entre governo e oposição se intensifica e a denúncia contra a presidente Dilma é aceita pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB). A base governamental afirma que o procedimento do presidente da Casa era uma resposta à negativa do Partido dos Trabalhadores em ajudá-lo a impedir o avanço do processo instaurado na Comissão de Ética. Aceita a denúncia, a Câmara dos Deputados forma uma comissão que analisa o pedido de *impeachment*. Importante

mencionar que esta comissão sofreu questionamentos quanto à sua legitimidade, pelo fato de mais da metade de seus integrantes terem seus nomes citados nos depoimentos de delatores da Operação Lava Jato. O processo seguiu, a comissão votou por seu cabimento e o encaminhou ao plenário da Câmara, que votou por sua admissibilidade e continuidade.

A Câmara dos Deputados, cenário do primeiro ato – o segundo seria realizado no Senado -, dedicou-se inteiramente, em um domingo, 17 de abril de 2016, às discussões e votação para dar ou não seguimento ao pedido de impedimento da presidente da República.

Durante todo o processo, desde a aceitação da denúncia às argumentações da comissão analisadora, das conclusões do relator até a votação da admissibilidade do pedido de *impeachment*, percebe-se como se constrói a pretensa imagem pública dos atores políticos envolvidos que se empenharam em obter visibilidade aproveitando-se da dimensão e importância do fato e a consequente e ampla cobertura dos mais expressivos meios de comunicação do país. Cobertura esta que se transformou em espetáculo político midiático (WEBER, 2004).

A narrativa dos atores políticos busca a conquista ou a manutenção do poder e é absorvida pela mídia. Como se vê na fala do deputado Adail Carneiro, do Partido Progressista do Ceará:

Reconheço o trabalho belíssimo que o ex-presidente Lula fez pelo nosso Brasil, dando oportunidade aos mais pobres, que nada tinham até os governos anteriores. Quero pedir desculpas a ele e também ao Cid Gomes. Mas não posso deixar de atender aos pedidos das redes sociais para que tenhamos nova oportunidade ao povo brasileiro. Meu voto é sim (a favor do *impeachment*) (ADAIL CARNEIRO – PP-CE).

No jogo político, fica evidente a busca pelos anseios das massas e pelo espaço midiático. Como comprehende Bourdieu (2011, p. 7) “o que está em disputa no jogo político é o monopólio da capacidade de fazer ver e de fazer crer de uma maneira ou de outra”.

Para os atores políticos, a presença na mídia passa a ser essencial e o peso econômico dos meios de comunicação em um mundo de capital globalizado permite que possam formular as preocupações políticas. A pauta de questões relevantes postas para a deliberação pública é, em grande parte, condicionada pela visibilidade de cada questão nos meios de comunicação. Como afirma Miguel (2002, p. 168), “a

influência mais evidente dos meios de comunicação sobre o campo político está na formação do capital político”.

Pode-se dizer que esse capital político depende do processo de construção da imagem pública, o limiar entre a imagem desejada e a percebida pela audiência. Esse capital vinculado à reputação e confiança, tal qual elucidou Bourdieu (1998, p. 188-189) “só pode ser conservado mediante o trabalho constante que é necessário não só para acumular o crédito como também para evitar o descrédito”.

O estatuto da imagem determina e qualifica o estabelecimento de relações e negociações de todas as ordens (WEBER, 2004). E como afirma Joly (apud WEBER, 2004, p. 264):

Parece que a imagem pode ser tudo e o seu contrário – visual e imaterial, fabricada e natural, real e virtual, móvel e imóvel, sagrada e profana, antiga e contemporânea, vinculada à vida e à morte, analógica, comparativa, convencional, expressiva, comunicativa, construtora e destrutiva, benéfica e ameaçadora (JOLY, 2000, p. 27).

Interessa salientar que a influência constante das redes midiáticas no processo de escolha dos espectadores, expostos aos discursos políticos, é contínua e predomina o teor publicitário sobre as formas de encenação dos atores políticos. A dimensão espetacular do campo midiático tem sido cada vez mais utilizada pela política (WEBER, 2004). Nesse sentido, esse estudo pretende analisar a narrativa dos agentes políticos no dia da votação da admissibilidade do *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), na Câmara dos Deputados, com o intuito de responder se a estratégia discursiva dos parlamentares, sobretudo porque o processo teve ampla cobertura jornalística, especialmente no dia da votação, teve cunho partidário com o propósito de demarcar sua atuação no campo político.

O tema dessa dissertação é a narrativa dos agentes políticos na sessão de votação da admissibilidade do *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) na Câmara dos Deputados, retratada na mídia televisiva.

Durante a sessão de votação pela admissibilidade do *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) verificou-se manifestações políticas midiáticas espetaculares, às quais demonstravam o quanto o tema central, o qual fundamentava a denúncia, era desvirtuado. Entretanto, ainda que o espetáculo político estivesse presente, pois muitas manifestações foram teatrais e dramáticas, esse trabalho parte do pressuposto de que as narrativas proferidas pelos deputados

demonstram o quanto a representação política pelo espetáculo predomina a política e, ainda, o quanto os discursos possuem um propósito. Estariam, essas falas, vinculadas a um propósito político partidário ideológico? A narrativa do deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ), por exemplo: “Nesse dia de glória para o povo, tem um homem que entrará para a história. Parabéns presidente Eduardo Cunha (PMDB). Perderam em 1964 e agora em 2016. Pela família e inocência das crianças que o PT nunca respeitou, contra o comunismo, o Foro de São Paulo e em memória do Coronel Brilhante Ustra, o meu voto é sim”, sustenta uma posição política partidária?

Nesse sentido, a partir do julgamento do processo e visto o papel influenciador da mídia, principalmente quando os meios de comunicação definem editoriais que passam a ganhar forte repercussão, nota-se que a imprensa brasileira, não diferente dos meios internacionais, seleciona continuamente informações, as quais enaltecem certos aspectos e ignoram outros. Goffman (1974) atribui que a narrativa jornalística é em grande parte construída sob um determinado aspecto do mundo selecionado.

Como elucida Took (2013, p. 4), “a seletividade, em si mesma, não leva automaticamente ao viés. Afinal, não obteríamos uma visão enviesada do mundo se as notícias tomassem uma amostra aleatória de todos os eventos possíveis a cada dia”. Para o autor, entretanto, a seletividade leva ao viés quando, dia sim, dia não, certos tipos de atores, partidos políticos e questões receberem maior cobertura e forem apresentados mais favoravelmente que outros.

Na política de imagem, Gomes (2004) aponta que diante da crise de representatividade que os partidos e as lideranças políticas enfrentam no mundo contemporâneo, a participação dos meios de comunicação torna-se cada vez mais importante em toda arena da disputa eleitoral – do jogo político à conquista da hegemonia. Ao entender que parte fundamental da *virtú* dos líderes políticos tem sido frequentemente construída pela mídia por meio de uma poderosa e abrangente coleção de técnicas sociais, Ianni (2000) utiliza a metáfora do “Príncipe Eletrônico” para caracterizar o papel da mídia eletrônica na contemporaneidade, do qual depende o sistema de construção do Estado e por onde todos são representados, refletidos e figurados.

Diante da contemporaneidade do tema e realizada a pesquisa em fontes acadêmicas como Scielo e banco de teses e dissertações da CAPES, verifica-se a pertinência na abordagem do tema do *impeachment* de Dilma Rousseff (PT), sob a

ótica da votação dos parlamentares no Congresso Nacional, especialmente na Câmara dos Deputados, pois discutirá, a partir de um momento histórico na política brasileira, o quanto a mídia influencia a atuação do agente político, o qual aproveita a visibilidade que ela proporciona para divulgar suas ideias e trabalhar sua imagem. Além disso, esse estudo contribuirá no sentido de analisar como se estabelece a confluência entre a narrativa dos deputados federais durante a admissibilidade do *impeachment* de Dilma Rousseff (PT) na Câmara e a formação da imagem política e partidária que os agentes políticos representam junto a sua bancada parlamentar.

Para alcançar os objetivos propostos tomou-se como objeto de estudo os depoimentos dos deputados federais durante a votação do *impeachment*, em abril de 2016, veiculados na TV Câmara. A TV foi escolhida por ser um meio de comunicação representativo do universo que se pretende analisar, por sua abrangência e linha editorial. Nesse sentido, Bardin considera que:

Nem todo o material de análise é susceptível de dar lugar a uma amostragem, e, nesse caso, mais vale abstermo-nos e reduzir o próprio universo (e, portanto, o alcance da análise) se este for demasiado importante (2009, p. 123).

Com base na metodologia da análise de conteúdo, pretende-se identificar e analisar a narrativa dos atores políticos obviamente em descompasso técnico com o tema do processo, mas em total conformidade com a imagem representada pelo político no campo.

Para a realização dessas análises foram selecionadas dentre os 511 votos válidos, 409 falas dos deputados federais no momento da votação categorizando-as em: narrativa eleitoreira e posição política.

O estudo contempla três capítulos. O primeiro consiste em discorrer sobre conceitos de campo político, suas características, peculiaridades e relativa autonomia. Ainda nesse capítulo apresentamos discussões a respeito da formação de imagem pública dos políticos e o papel da mídia, especialmente a força da televisão nessa construção. Procuramos entender também como ocorrem e se formam as representações e encenações dos políticos na luta em *prol* de sua reputação perante a sociedade e seus pares, tornando suas manifestações espetaculares no grande palco cedido pelos meios de comunicação.

No segundo capítulo o objetivo é apresentar um breve histórico sobre a Câmara dos Deputados, sua estrutura e a composição pós-eleições de 2014. Discorremos sobre o cenário político de 2013 até 2016, as alianças partidárias formadas em *prol* da reeleição da presidente Dilma Rousseff (PT) e, ainda, as posições partidárias na campanha para o *impeachment* da presidente.

O terceiro capítulo é composto pelas falas dos deputados no dia da votação pela admissibilidade do *impeachment* da presidente, amplamente divulgadas pela TV Câmara e diversas outras televisões do país. A análise buscará descrever e classificar as falas dos atores políticos em dissonância quanto ao mote constitucional de cabimento do *impeachment*, qual seja, o crime de responsabilidade e improbidade administrativa da presidente em exercício. Utilizando o modelo de análise de conteúdo de Bardin.

2 CAMPO POLÍTICO, A IMAGEM PÚBLICA E A MÍDIA TELEVISIVA

Nesse capítulo pretende-se discorrer sobre as características do campo político e, principalmente, a formação da imagem pública dos agentes políticos que compõem o Congresso brasileiro. Além disso, pretendemos abordar a associação que a política estabelece com o campo midiático, visando a formação da imagem pública, especialmente por meio da mídia televisiva, que possui capacidade de atingir amplamente a sociedade.

Desta forma, abordaremos as peculiaridades do jogo político realizado pelos agentes na busca de visibilidade, seja perante seus pares ou pela sociedade, e ainda, a participação dos meios de comunicação na construção da imagem do político, uma vez que é por meio da mídia que o sujeito se torna visível, elemento imprescindível na formação da reputação pública.

Outro ponto a ser brevemente relatado refere-se à espetacularização do jogo político, com a contribuição de estudos sobre o contexto político contemporâneo, em que o campo político disputa intensamente espaços na mídia, produzindo informações ou acontecimentos que possam potencialmente repercutir na imagem dos agentes.

Atualmente, o campo político e o midiático mostram-se associados, visto que a mídia se estabelece como forma de interação entre os indivíduos e cada vez mais ganha espaço e importância no cenário político social. Estas questões serão discutidas no decorrer das seções a seguir, tendo como base autores como Pierre Bourdieu, Luiz Felipe Miguel e Maria Helena Weber.

2.1 O campo político e o campo midiático

Embora sejam incontestáveis a importância e o papel dos meios de comunicação na composição da formação de opiniões sobre política e a estreita relação entre a mídia e a política, cabe ressaltar que cientistas políticos não consideram os meios de comunicação como parte dos estudos políticos. “Os meios de comunicação de massa ficam (quase) invariavelmente de fora. Ou então são vistos como meros transmissores dos discursos dos agentes e das informações sobre a realidade, neutros e, portanto negligenciáveis”, observa Luis Felipe Miguel (2002, p. 156). Por outro lado, os estudiosos da comunicação costumam julgar que a

política, totalmente dominada pela lógica dos meios, tornou-se um mero espetáculo (MIGUEL, 2002).

Para Bourdieu (2011, p. 2), o campo político é um microcosmo, isto é, “um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social [...] um universo que obedece a suas próprias leis, que são diferentes das leis do mundo social ordinário”.

Quem quer que entre para a política, assim como alguém que ingressasse em uma religião, deve operar uma transformação, uma conversão. Mesmo que esta não lhe apareça como tal, mesmo que não tenha consciência disso, ela lhe é tacitamente imposta, e a sanção em caso de transgressão é o fracasso ou a exclusão (BOURDIEU, 2011, p. 2).

Ainda segundo Bourdieu (2011), dizer que existe um campo político é dizer que as pessoas nele inseridas dizem ou fazem coisas as quais não estão relacionadas com os anseios diretos de quem as elegera, mas diretamente ligadas com os outros participantes do campo. As decisões ou posições tomadas não visam atender as expectativas da população que representa, objetivam sim, referendar o que dizem ou fazem, ou não fazem outros membros do campo, ou seja, podem se diferenciar ou corroborar com posições sempre no sentido de protegerem suas aparentes representações.

Muito embora Bourdieu trate do campo político como autônomo, ele faz uma importante ressalva quanto às transformações políticas ocorridas nas últimas décadas. Para o autor, essas mudanças estão ligadas a agentes considerados apenas expectadores do campo político que se tornaram agentes em primeira pessoa. Bourdieu afirma que os jornalistas, especialmente os jornalistas de televisão e, também, os especialistas em pesquisa de opinião, devem ser incluídos no campo político, pois esses agentes produzem efeitos nesse campo. “Reconhece-se a presença ou existência de um agente em um campo pelo fato de que ele transforma o estado do campo (ou que, se o retirarmos, as coisas se modificam significativamente)” (BOURDIEU, 2011, p. 5).

Desta forma, para Bourdieu o campo político tem uma particularidade, “nunca pode se autonomizar completamente; o campo político está incessantemente referido a sua clientela, aos leigos, e estes têm de alguma forma a última palavra nas lutas entre os clérigos, entre os membros do campo” (2011, p. 5). A política se faz por lutas em prol de ideias, ideias que se fortalecem como forma de mobilização.

Daí o importante papel da imprensa, especialmente da TV, por conta de sua ampla abrangência e visibilidade que proporciona.

Há no campo político, lutas simbólicas nas quais os adversários dispõem de armas desiguais, de capitais desiguais, de poderes simbólicos desiguais. O poder político é peculiar no sentido de parecer com o capital literário: trata-se de um capital de reputação, ligado à notoriedade, ao fato de ser conhecido e reconhecido, notável. Daí o papel muito importante da televisão, que introduz algo extraordinário, pois as pessoas que só eram conhecidas pelas reuniões eleitorais nos pátios das escolas não têm mais nada a ver com esses submissos que, suficientemente poderosos em seus partidos para aparecerem na televisão, tem seus rostos conhecidos por todo mundo (BOURDIEU, 2011, p. 6).

Os meios de comunicação podem ser uma esfera da representação política, afinal são o principal instrumento de difusão das visões de mundo e de projetos políticos. Muito embora, segundo Miguel, “o campo político² é independente da mídia, na medida em que retém sua própria lógica, mas interfere um no outro” (2002, p. 166).

Em tempos de *impeachment* observam-se disputas e formações de pactos estabelecidos em palanques políticos e midiáticos. O político representado pela Câmara dos Deputados no Congresso Nacional.

Todo o ambiente preparado pelo campo político e pelo campo midiático para a votação dos deputados federais pela admissão do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff (PT) evidenciou, até o dia da votação, o aspecto fisiologista, ou seja, uma atuação política em que as ações e decisões entre o Poder Executivo e o Congresso são tomadas com base em favorecimento de interesses particulares, entre os diversos partidos envolvidos em alianças que poderiam garantir a permanência e o poder dos atores.

Os fatos e os atores da política, vistos e ouvidos, obedecem às perspectivas que podem alterar a visibilidade e o segredo, definir a opinião sobre a política, ampliar ou desviar o foco sobre as verdades e controlar o impacto das decisões (WEBER, 2010, p. 11-26).

² Esse cenário nos demonstra e reafirma o quanto é difícil estabelecer o equilíbrio na relação entre o campo político e o campo midiático. Já vimos como Bourdieu aborda a independência de cada campo citado, mas se faz importante entender o conceito de campo para que fique clara a interação entre mídia e política, as quais se guiam por esferas diferentes, mas que interferem uma na outra (Miguel, 2002). Para Bourdieu, em A representação política, “o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos” (apud Miguel, 2002, p. 166).

Vê-se nas narrativas destes atores políticos a busca pela imagem que se quer construída a partir de falas fortemente vinculadas ao mundo do espetáculo, reascendido e fortalecido na era da comunicação de massa.

Disputa-se audiência, atenção, interesse e predileção do público, disputa-se o tempo livre do cidadão disputa-se a memória e a preferência do consumidor, disputa-se o apoio da opinião pública e a eleição das próprias pretensões políticas pelo eleitorado (GOMES, 2004, p. 243-244).

Fica claro que em um ambiente de acirrado conflito de interesses é inimaginável que os meios de comunicação sejam porta-vozes imparciais do debate político, mas também devemos considerar que nas sociedades democráticas há uma divisão da política entre bastidores e palco. Como bastidores devemos entender “as salas secretas em que se fazem os acordos e se tomam as grandes decisões”, e palco do que seria “o jogo de cena representado para os não-iniciados, isto é, para o povo em geral” (MIGUEL, 2002, p. 161). Assim, o que ocorre no palco serve apenas para distrair a plateia e manter a estabilidade do sistema. Na análise do autor a mídia pertenceria ao palco, sendo assim, os fatos políticos mais relevantes ocorreriam nos bastidores.

Para os atores políticos a presença na mídia passa a ser essencial e o peso econômico dos meios de comunicação em um mundo de capital globalizado permite que possam formular as preocupações políticas. A pauta de questões relevantes, postas para a deliberação pública é, em grande parte, condicionada pela visibilidade de cada questão nos meios de comunicação.

Para Miguel, “todo campo se define pela imposição de critérios próprios de avaliação da realidade, em especial pela fixação de objetivos que se apresentam como ‘naturais’ para aqueles que deles participam – nesse caso, a busca do poder político” (2002, p. 166).

Essa busca pelo poder político tem direta relação com o capital político que possa ser construído. Esse capital é uma forma de capital simbólico e não depende somente dos milhões de votos, mas também do reconhecimento do agente político por seus pares. Além disso, a mídia tem um papel importante, pois a visibilidade nos meios de comunicação é uma condição essencial para a formação do capital político. Para Bourdieu significa a perda de autonomia destes campos e considera uma interferência ilegítima (2002, p. 167).

De toda forma é importante entender a autonomia do campo midiático. Essa autonomia é permanentemente tensionada por sua inserção no campo econômico. Pode-se dizer que as empresas de comunicação vivem o dilema, de um lado a busca da credibilidade no jornalismo e a fidelidade aos fatos e por outro a ampliação do faturamento e do lucro colocando em dúvida sua autonomia. Para Miguel:

É o que motiva a lamentação permanente a respeito do baixo nível cultural e artístico das produções veiculadas nos meios de comunicação, da interferência abusiva dos anunciantes sobre o conteúdo dos programas (em especial o veto à divulgação de notícias que os prejudiquem) e da predominância, nos noticiários, o fait-divers – que, mimetizando a forma narrativa da ficção, cativa parcelas maiores de audiência, mas também degrada o nível de informação pública sobre as questões sérias (2002, p. 168).

Muito embora essa dualidade exista, se reconhece a persistência de alguma autonomia do campo midiático, pois especialmente o jornalismo que preza pelo compromisso com a verdade e a objetividade, mantém a percepção de competência e respeitabilidade pelos pares. A violação destas normas, notadamente em submissão a ditames econômicos ou políticos, é frequente, mas impõe ônus que não pode ser ignorado (MIGUEL, 2002).

2.2 A mídia televisiva e a formação da imagem política

É inegável o poder da mídia, em especial da TV, como fator central na formação da opinião da sociedade. Segundo Miguel (2002) é necessário reconhecer que a mídia é um fator central na vida política contemporânea e que não é possível mudar esse fato. Não há que se pensar mais naqueles tempos da política fundamentada no verdadeiro debate de ideias sem preocupações com imagens maculadas. Hoje vive-se tempos midiáticos e os agentes políticos são constantemente expostos ao grande público.

Essa exposição, “nos meios de comunicação de massa, amplia o acesso aos agentes políticos e a seus discursos, que ficam expostos, de forma mais permanente” (MIGUEL, 2002, p. 158) de modo que a força da TV na vida cotidiana transforma o discurso político, hoje ampliado, “aprofundado” e por vezes distorcido pelas redes sociais, as quais contam com participações de diferentes segmentos da sociedade nas questões políticas.

Evidentemente a TV é o meio ainda dominante apesar das novas tecnologias. A TV tem destaque na vida de seus telespectadores, os quais na sua maioria, especialmente no Brasil, atem como principal fonte de informação e entretenimento. Daí considerar a TV como uma poderosa técnica social, tal como afirma Ianni (1999, p. 15):

[...] Trata-se de um meio de comunicação, informação e propaganda presente e ativo no cotidiano de uns e outros, indivíduos e coletividades, em todo o mundo. Registra e interpreta, seleciona e enfatiza, esquece e sataniza o que poderia ser a realidade e o imaginário.

Vale ressaltar a observação de Bourdieu, no livro *Sobre a Televisão* (1997, p. 28), na qual afirma:

Os perigos políticos inerentes ao uso ordinário da televisão devem-se ao fato de que a imagem tem a particularidade de poder produzir os que os críticos literários chamam de 'o efeito de real', ela pode fazer ver e fazer crer no que faz ver. Esse poder de evocação tem efeitos de mobilização. Ela pode fazer existir ideias ou representações, mas também grupos.

Assim, vemos que a televisão é um meio extremamente forte para produzir a imagem do ator político e construir seu capital político. Por meio da televisão consegue-se mobilizar, divulgar seus projetos e ideias e formar eleitores. Tudo passa por um processo de construção da imagem, a desejada e a percebida. Os discursos da política serão sempre persuasivos sustentados por argumentações sendo, portanto, passíveis de apoio e refutação, mantidos pelas dúvidas (WEBER, 2004).

Analizando a formação da imagem política e a participação da mídia, Maria Helena Weber trata o tema como “o caminho da difusão de um conceito desejado e estrategicamente formatado, passível de traduções simbólicas e, como tal, apropriado e vigiado em todas as instâncias de visibilidade política, dominadas em grande parte pelas mídias” (2004, p. 261). E acrescenta:

A imagem pública da política, enquanto dispositivo acionado pelos pactos e disputas de poder, entre sujeitos, instituições e mídias, é o fator axial de funcionamento da comunicação contemporânea, entre organizações, indivíduos e sociedades que necessitam de visibilidade favorável nos planos pessoal, institucional, político e mercadológico (2004, p. 261).

O que se quer dizer é que os agentes políticos dependem da sua imagem formada a partir da visibilidade que pode ter nos meios de comunicação, os quais

podem avalizar e dar-lhes credibilidade. Entretanto, “a credibilidade depende da legitimidade de quem fala, do seu lugar de fala, do poder fiduciário que lhe foi atribuído e da imagem sobre esta legitimidade, construída estrategicamente” (WEBER, 2004, p. 263).

Os agentes políticos enfrentam muitos desafios, dentre eles, o mais relevante, alcançar a opinião pública de forma positiva. Para isso, se valem dos meios de comunicação como instrumento de difusão de suas visões de mundo e dos projetos políticos (MIGUEL, 2002). Assim, os veículos de comunicação são fortes influenciadores na formação da opinião pública uma vez que promovem discussões, debates e reflexões de sua audiência.

A maioria das sociedades contemporâneas pode ser considerada como centrada na mídia, uma vez que a construção do conhecimento público que possibilita, a cada um de seus membros, a tomada de decisões nas diferentes esferas da atividade humana não seria possível sem ela. (LIMA, 2004, p. 51).

Como aborda Lima, “a política nos regimes democráticos é (ou deveria ser) uma atividade eminentemente pública e visível. E é a mídia – e somente ela – que define o que é público (diferente do privado) no mundo contemporâneo” (2004, p. 51). A mídia se transformou em importante ator político.

Contudo, outro desafio do agente político é respeitar os diferentes interesses sociais logrando uma representação mais próxima possível diante desses interesses. Evidentemente, essa representação política e a mídia quase nunca representam a realidade e as necessidades de seu povo:

O problema é que os discursos que a ela veicula não esgotam a pluralidade de perspectivas e interesses presente na sociedade. As vozes que se fazem ouvir na mídia são representantes das vozes da sociedade, mas esta representação possui um viés. O resultado é que os meios de comunicação reproduzem mal a diversidade social, o que acarreta consequências significativas para o exercício da democracia (MIGUEL, 2002, p. 163).

Diante deste dilema, pensar na democracia representativa é perceber que não se trata apenas da falta de um representante no parlamento, mas também a ausência de voz na disputa pelas representações do mundo social, que se trava nos meios de comunicação. Miguel aponta que as teorias hegemônicas da democracia trabalham com a ideia de que os interesses já estão dados e o problema constituído

na maneira de agregá-los. É uma perspectiva que reduz a importância da comunicação política (MIGUEL, 2002).

Desta forma, a democratização do ambiente político implica em tornar mais equilibrado o acesso aos meios de divulgação das representações do mundo social. Para Miguel isto significa:

Dar espaço na mídia às diferentes vozes presentes na sociedade, para que participem do debate político. Mas significa também, e crucialmente, gerar espaços que permitam aos grupos sociais, em especial os dominados, formular suas próprias interpretações sobre suas necessidades e seus interesses [...] o caminho, portanto, não passa pela “neutralidade” dos meios de comunicação, como se depreende do modelo habermasiano da esfera pública, mas por um verdadeiro pluralismo, que os mecanismos de mercado, por diversas razões não provêm (2002, p. 164).

Todavia, os meios de comunicação atuais compartilham de uma mesma visão de mundo comprometidos com a ordem do sistema capitalista. Isto faz com que o mercado da mídia fique cada vez mais concentrado, ou seja, nas mãos de alguns grandes grupos, os quais, cada vez mais, contam com um peso crescente e importante na economia. Além do mais, essas empresas em grande parte são dependentes de seus anunciantes.

Este cenário mostra que os meios de comunicação atuais dificilmente darão espaço às vozes e/ou expressões que possam colocar em risco seus próprios interesses e sua estrutura capitalista. Miguel afirma que “no entanto, é preciso frisar que o problema da mídia não é um mero ‘caso’ da incompatibilidade constatadas entre o aprofundamento da democracia e a manutenção das relações capitalistas de produção” (2002, p. 164). O autor alerta:

O desequilíbrio de recursos que o capitalismo produz na esfera econômica transborda sem cessar para a esfera política, comprometendo a igualdade que é requisito para o exercício da democracia [...] é importante entender a problemática da mídia como afim à problemática da representação política, isto é, como uma desigualdade que, embora influenciada por fatores econômicos (e outros), não se reduz a eles, sendo a própria da organização política em sociedades populosas e complexas (2002, p. 165).

Diante dos conceitos abordados e movimentos do mercado em todo o mundo voltados ao estado neoliberal vemos que não há mais espaço para as políticas desenvolvimentistas, e podemos reconhecer que os meios de comunicação são

usados intensificando as mudanças socioculturais e político econômicas, como resultado do capitalismo globalizado.

Ianni (1999) em sua obra “O Príncipe Eletrônico” aborda os impactos, as consequências da globalização e da mídia a serviço dos interesses do mercado e do novo “palco” da política nesse cenário globalizado, onde necessita se reestruturar e deixar de existir, ou seja, tudo é produzido para atender aos tais interesses.

Podemos entender que o mercado, em certas ocasiões, interpreta o princípio eletrônico de que trata Ianni, travestido em meios de comunicação. Quando analisamos as obras que tratam dos príncipes, ou seja, dos líderes, vemos, segundo o autor, que o Príncipe de Maquiavel necessitava possuir qualidades para o exercício da liderança (virtú) e de condições sócio-políticas para atuar (fortuna). O Príncipe para Gramsci é o partido político, por onde se pode fazer a revolução. Entretanto, o desafio do partido é construir uma hegemonia alternativa que considere o mercado. A partir dessas ideias, Ianni apresenta o Príncipe Eletrônico e o define como:

[...] uma entidade nebulosa e ativa, presente e invisível, predominante e ubíqua, permeando todos os níveis da sociedade. Transfigurando-se em meios de comunicação, marcando sua presença e expressando a visão de mundo que prevalece nos blocos de poder predominantes nas diversas esferas de poder (1999, p. 14).

Por tudo isso é inegável a influência dos meios de comunicação sobre a opinião pública e o quanto o seu papel na formação do capital político é imprescindível. A visibilidade na mídia torna-se cada vez mais componente essencial. A presença em noticiários e *talk-shows* parece determinante para o sucesso ou fracasso de um mandato parlamentar (MIGUEL, 2002).

2.3 A imagem pública, suas representações e espetacularização

Os sujeitos políticos disputam opiniões. Todos os sujeitos políticos cobiçam a aprovação pública, tornando-se dependentes de outras visibilidades não específicas do campo político (WEBER, 2004, p. 266). Nesse sentido, a dimensão do campo midiático vem cada vez mais sendo utilizada pela política. A mídia mantém a circulação de imagens públicas permanentemente – do espetáculo da visibilidade política à intimidade do voto. Weber considera que:

A imagem pública é uma estratégia de “visibilidade de resultados”. Para tanto, cada instituição e cada sujeito político mantém um sistema estratégico, administrado por especialistas, com objetivo de conquistar e produzir opiniões públicas e privadas, apoio, adesões, participação direta e indireta; geração de votos; aquisição de objetivos e ideias; ocupação de espaços informativos e relações com as mídias. Para tanto, são construídas estruturas de produção em série de informações, propaganda, eventos, discursos e produtos da simbologia da política, assim como planejados os modos de relacionamento com as mídias e de aferição de opiniões (2004, p. 267).

Essa cobiçada imagem pública é parte da disputa eleitoral do agente político, o qual se empenha em obter visibilidade para encarar as batalhas eleitorais construindo, controlando e determinando sua imagem, assim, participando do jogo político. É cada vez maior o consenso a respeito do fato de parte considerável da disputa política ter sido convertida em luta pela imposição da imagem pública dos atores políticos (GOMES, 2004). Para Gomes, “imagem pública de um sujeito qualquer é um complexo de informações, noções, conceitos, partilhado por uma coletividade qualquer, e que o caracterizam. Imagens públicas são concepções caracterizadoras” (2004, p. 254).

Daí a preocupação do político em preservar sua imagem. Segundo Gomes, “o cuidado com a imagem pública mantém a função suplementar de obter a adesão popular [...] o cuidado com a imagem tornou-se decisivo para o fato eleitoral e para a produção de efeito na esfera pública deliberativa” (2004, p. 263).

E obviamente essa imagem pública alcança a sociedade por intermédio dos meios de comunicação de massa. São eles que fazem chegar as características e informações sobre os agentes políticos. Os mesmos meios que também são sujeitos de interesses sociais e, como vimos, políticos. Não há em princípio neutralidade, mas interferência. Na opinião de Gomes:

A imagem pública contemporânea deixa de ser politicamente acessória para ser central, deixa de ser um fato típico de vivência comunitária para se constituir um fenômeno decisivo no contexto da experiência produzida e conduzida pela comunicação de massa (2004, p. 264)

Em suma, a imagem pública constrói uma política de imagens. É usada como consequência de toda a ação política que é reproduzida e reinterpretada no campo midiático e que depois será mensurada por sondagens de opinião e pesquisas qualitativas (WEBER, 2009).

O espaço midiático tornou-se não apenas o meio, mas o local onde passou a se desenvolver a cena política. A visibilidade trazida pelas mídias alterou toda a noção de publicidade dos acontecimentos políticos. Na mediação dos indivíduos com a esfera política, a mídia assumiu o papel antes relegado aos partidos e tornou-se substituta de algumas de suas funções tradicionais, como a fiscalização e o fornecimento de informações das ações governamentais das diversas instâncias de poder.

É nesse universo com vida e leis próprias de funcionamento, em que se incorporam a imprensa, a propaganda e as demais formas de representação midiática, em que são construídas, tal qual elucidou Sodré (2002), as imagens públicas dos personagens políticos.

Assumindo a imagem-produto, o político é visto pela lógica da circulação de signos no mercado, que é sempre arbitrária em suas imposições, seja num discurso conservador ou em momentos inovadores. Tudo vai depender do grau de desgaste da imagem que estiver em questão. A construção e transformação da imagem de um político formam um conjunto de técnicas que emitem mensagens, com o objetivo de citar a imagem de um produto, de uma instituição ou de um indivíduo. Segundo Gomes (2004) a formação da imagem pública se dá pelo que alguém diz ou do que é dito sobre ele, do que ele faz, da sua capacidade reconhecida de fazer e do que dele é feito e de como ele se apresenta. E o autor complementa, “não basta ser honesto, há que parecer honesto e ser reconhecido como tal” (2004, p. 254). Entretanto, para Goffman (2008) representar um papel quer dizer que não há necessidade de dizer todas as verdades. Na vida cotidiana é em geral possível para o ator criar propositadamente quase todos os tipos de falsa impressão sem se colocar na posição indefensável de ter dito uma flagrante mentira (GOFFMAN, 2008, p. 63).

E, nessa era da visibilidade midiática (THOMPSON, 2012), os veículos de comunicação tornam-se os principais propagadores de informações e acontecimentos da esfera política nacional e internacional, reforçando a imagem que se propaga dos agentes e do campo político. Diante do pressuposto de que a imagem do ator político pode ser construída, destruída, reconstruída em um processo sem fim e sem garantias (GOMES, 2004), o espaço midiático tornou-se não apenas o meio, mas o local onde passou a se desenvolver a cena política.

Nesse sentido, os meios de comunicação e, em especial o jornalismo, tem destaque na construção da narrativa política, sobretudo nas questões relacionadas as ações e prestações de contas públicas, como também nos casos de corrupção. No que tange a corrupção, Lima (2013) elucida que a abordagem jornalística sobre os casos e denúncias é sempre seletivo. Para o autor (2013, p. 43), a mídia “cobre uns e se omite em relação a outros. Ela cobre uns de determinadas formas e cobre outros de forma diferente. Ou omite inteiramente a cobertura de alguns”.

Sobre os aspectos expostos envolvendo a construção da imagem do ator político e a participação atuante da mídia nesse processo, Weber (2009, p. 16) conclui que é possível entender a força da imagem pública como o somatório de exercícios de aparência, representações, fé e um carisma mediatizado a partir de jogos de poder entre visibilidade e credibilidade.

Expostos permanentemente às mídias, os espectadores, de alguma forma são críticos e isto não tem nenhuma relação com o analfabetismo ou singularidades regionais. Significa dizer que as instituições e os sujeitos da política não podem comunicar-se pensando apenas na sua importância, mas com igual intensidade deverão traduzir-se em apelos, marcas, informação e propaganda, promovendo a referida importância. A crítica é formulada, então, a partir da intervenção das mídias sobre a política, sendo essa intervenção assim decisiva e por isto disputada pelos sujeitos e instituições que precisam ratificar, retocar, alterar, criar uma imagem. Assim, o discurso político obedecerá à configuração das estratégias midiáticas para disputar e capturar o espectador (WEBER, 2004, p. 275).

Desta forma, diante da centralidade das mídias e das tecnologias de comunicação e informação, não é suficiente o discurso das tribunas, os arranjos partidários e a execução de programas de governos em benefício da sociedade. (WEBER, 2009). A ação política conta com apoio, defesa e ataque e depende de visibilidade pública, por meio dos veículos de comunicação, de forma que o espectador, eleitor, cidadão pode avaliar e opinar.

Feita a explanação sobre a construção da imagem pública e representações, outro ponto importante a ressaltar é a espetacularização das manifestações dos políticos diante dos meios de comunicação de massa, muitas vezes de maneira teatral e dramática. Todavia, Debord (1997) afirma que o espetáculo não deseja chegar a nada que não seja ele mesmo e avalia: “o espetáculo é absolutamente dogmático e, ao mesmo tempo, não pode chegar a nenhum dogma sólido” (p. 47).

A sociedade pode assistir de maneira dramatúrgica a política manifestada na personalização dos políticos vivendo suas representações. Trata-se da midiatização

da política onde os meios de comunicação cedem o palanque para que os atores do espetáculo, os políticos, possam exercitar sua vontade de se manterem em evidência e no poder. Para muitos pode ser um momento único, uma das poucas oportunidades de aparecer, ser visto, atuando para ampliar sua visibilidade pública na lógica da encenação, a qual, como afirma Goffman (2013), a vida social é uma representação perante o outro, na qual o indivíduo recorre a técnicas para ter o maior controle sobre a interação social. “Toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era vivido diretamente tonou-se uma representação” (DEBORD, 1997, p. 13).

Tais representações levam os movimentos da política contemporânea a disputarem intensamente espaços de visibilidade na mídia produzindo a qualquer preço informações que possam repercutir. Essa produção acirrada de “notícias” por parte dos agentes políticos constitui o espetáculo político-midiático, como afirma Weber (2009), a partir do entrelaçamento de poderes da política, da mídia e da sociedade onde o espetáculo construído nos limites dos campos políticos e midiáticos cujos dividendos simbólicos, econômicos e políticos misturam o público e o privado e convocam a sociedade e o indivíduo.

Ressalta-se que historicamente o poder de governar é mostrado de modo espetacular, com cerimônias repletas de símbolos, indumentárias etc. Nas democracias contemporâneas o espetáculo ganha outros associados, os meios de comunicação, os quais permitem que sujeitos, instituições, sociedade e indivíduos se manifestem transformando a mídia em arenas discursivas. A partir da contribuição de Weber pode-se fazer a relação com o caráter passional das narrativas sobrepondo a argumentação racional, marcando tanto o discurso jornalístico quanto o político. A apropriação do acontecimento aciona paixões e, para que o espetáculo político-midiático tenha êxito é preciso que tenha reciprocidade de interesses político-ideológicos, os quais possam de fato promover, vender, ampliar audiências e acirrar opiniões. Além disso, pressupõe a participação dos partidos, Poderes Legislativo e Executivo, da mídia e da sociedade. Inúmeros são os exemplos do povo nas ruas associado a organizações políticas e às mídias: Diretas Já, *Impeachment* de Collor, eleições, denúncia do Ministério Público contra o ex-presidente Lula (PT) e, mais recentemente, objeto de estudo desse trabalho, as

manifestações dos políticos e da sociedade, amplamente apoiados pela mídia, para o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (PT).

Portanto, o espetáculo político-midiático é construído a partir de acontecimentos capazes de estabelecer alguma convergência entre o campo político, os meios de comunicação e a sociedade. É um fenômeno da atualidade que reúne o poder vital do fato político aos poderes dos meios de comunicação midiática, em nível empresarial e na sua configuração estética como espaços onde tudo pode ser maculado ou promovido (WEBER, 2009).

Após essa explanação percebe-se o quanto o jogo político é espetacular e especialmente o quanto o momento da votação da admissibilidade do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (PT) corroborou com os conceitos de teatralização enfatizada na Câmara dos Deputados por seus personagens. A dinâmica daquele ambiente mostrou as estratégias eleitorais dos atores políticos e o uso da comunicação midiática visando persuadir a audiência e fisgar eleitores mesmo fora do período de pleitos eleitorais. Nas democracias liberais o poder deve ser conquistado a cada dia e tal objetivo se concretiza por intermédio da construção e difusão de imagens públicas dos atores sociais em um processo de campanha permanente, que é a junção da comunicação governamental com a campanha eleitoral. A comunicação eleitoral não se restringe aos períodos das eleições, uma vez que há um processo permanente de uso estratégico da mídia para a construção da imagem dos líderes políticos e dos partidos (FERNANDES, 2016).

2.4 Política e espetáculo midiático televisivo

Vê-se que as relações entre mídia e política são cada vez mais próximas. Os meios de comunicação de massa possuem um papel fundamental para que os agentes políticos logrem visibilidade. Especialmente a TV, como vimos, em função de seu amplo alcance, deve-se reconhecer que se vive em meio a um *bios midiático* que organiza e estrutura a contemporaneidade. Os meios de comunicação de massa alteram as formas do discurso e o relacionamento entre representantes e representados. Por meio da televisão, por exemplo, os atores políticos ampliam a divulgação de seus programas de governo, cuidam de sua imagem e garantem sua visibilidade, sempre visando conquistar seu eleitorado. Assim, demonstrando que a

mídia funciona como palco para as disputas políticas, fortalecendo a relação entre mídia e política.

De acordo com Gomes (2004), os meios de comunicação de massa constituem como um espetáculo. Não se trata de um mero instrumento de informação, mas um meio de exposição de atores, de serviços e produtos. O jogo político necessita desse modelo atual para apresentar posições, propostas, ações, programas e atores aos olhos dos telespectadores, para que possam, quando necessário, convencer o eleitorado de uma determinada proposta (apud OLIVEIRA; LEAL; MARTINS, 2016, p. 34).

Diante das reflexões e considerando a importância da temática do espetáculo como mote para a compreensão da relação do poder político e da política, assim como a organização social e o agir humano, Rubim (2000) observa o espetáculo como um momento e um movimento imanente da vida societária, de maneira similar às encenações, ritos, rituais, imaginários, representações, papéis e máscaras sociais. Para o autor:

O espetáculo deve ser compreendido como inerente a todas as sociedades humanas e, por conseguintes, presente em praticamente todas instâncias organizacionais e práticas sociais, dentre elas, o poder político e a política (2000, p. 1).

Para Rubim (2000) a obra de Guy Debord de 1967 é de suma importância e traz dois eixos interpretativos a serem considerados; o primeiro aponta o espetáculo como expressão de uma situação histórica em que a “mercadoria ocupou totalmente a vida social” (DEBORD, 1997, p. 30, *apud* RUBIM, 2000). Assim, a sociedade do espetáculo pode ser interpretada como conformação avançada do capitalismo, como a etapa contemporânea da sociedade capitalista. O segundo, observa a anunciada separação entre real e representação. Tal cisão, consumada na contemporaneidade, inaugura a possibilidade da sociedade do espetáculo. “O espetáculo, como tendência a fazer ver (por diferentes mediações especializadas) o mundo que já não se pode tocar diretamente, serve-se da visão como sentido privilegiado da pessoa humana” (DEBORD, 1997, p. 18, *apud* RUBIM, 2000).

Para Rubim (2000) a visão de Debord fica prejudicada por conta de dois movimentos. O primeiro por reduzir o espetáculo a um determinismo econômico, capitalista. O segundo fundado em uma contraposição questionável entre real e representação. Dessa maneira, Rubim propõe um outro olhar acerca das relações entre espetáculo, política e comunicação, a partir do entendimento prévio da

interação entre política e espetáculo. Anteriormente ao surgimento da política na Grécia antiga, por volta do século V antes de Cristo, já o espetáculo estava estreitamente ligado ao exercício do poder político (RUBIM, 2000, p. 5).

A política, como modalidade específica de agregação de interesses e de resolução da questão do poder político, de acordo com as instigantes e aproximadas concepções de Cornelius Castoriadis e Hannah Arendt, interdita o recurso à violência como procedimento principal e legítimo ao tratar o poder político. O convencimento, a sensibilização, a argumentação, a pressão reivindicativa não violenta e não corrupta, enfim a busca de hegemonia, para utilizar o termo síntese de Antonio Gramsci, com a emergência da política, tornam-se os expedientes legítimos de como proceder para a conquista e a manutenção do poder político (RUBIM, 2000, p. 5).

Ressalta-se a observação de Rubim (2000) em que o espetáculo, antes afirmação suntuosa do poder, ganha uma nova dimensão, ele passa a ser produzido também como modo de sensibilização, visando a disputa do poder, e passa a ser construtor de legitimidade política.

Em suma, Rubim afirma que:

Uma reflexão que deseje enfrentar verdadeiramente o problema da espetacularização da política em uma contemporaneidade estruturada em rede e ambientada pela mídia não pode deixar de reconhecer o recurso à emoção, à sensibilidade, à encenação, aos rituais, aos sentimentos, aos formatos sociais, aos espetáculos (2000, p. 6).

Daí entende-se a importância das narrativas e performances dos atores políticos no momento da votação pela admissibilidade do *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), onde se viu, em diversas falas, o uso dos recursos emocionais e, por vezes, espetaculares, aproveitando a cobertura ao vivo da televisão, a qual garantia a visibilidade e fortalecimento do capital político do agente, seja perante o eleitorado (o povo) ou aos seus pares, confirmado posições político-partidárias. Rubim (2000) relata que as coberturas ao vivo dos acontecimentos, estudadas de modo instigante por Katz e Dayan (1992), têm especial repercussão sobre os eventos. E observa escrito de Umberto Eco, em 1984: “Nos últimos dez anos, porém, a transmissão ao vivo apresentou mudanças radicais no que se refere à encenação: das cerimônias papais a muitos acontecimentos políticos e espetaculares, sabemos que eles não teriam sido concebidos, da maneira que foram se não tivessem existido as telecâmeras” (ECO, 1984, p. 197, apud RUBIM, 2000).

3 O CONTEXTO POLÍTICO BRASILEIRO

3.1 Breve histórico da Câmara dos Deputados

Nesse capítulo não se pretende inventariar toda a história da Câmara dos Deputados e sim, apenas situar, em um plano histórico, suas origens e desenvolvimento, com vistas a discutir o papel dessa instituição nos processos políticos da atualidade. As informações foram pesquisadas no site da Câmara dos Deputados (www.camara.gov.br).

A história da Câmara dos Deputados começa a ser escrita na Província do Rio de Janeiro em 17 de abril de 1823, quando da abertura da Primeira Sessão Preparatória da Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil.

Os textos das primeiras seções plenárias realizadas no ano de 1826 mostram o onisciente processo de organização do poder legislativo no Brasil. Os parlamentares que compunham a primeira legislatura (1826-1829) esforçavam-se, à época, a organizar fisicamente a instituição que seria teoricamente responsável pela organização política, administrativa e econômica da nação que recém se formava.

Faz-se necessário observar que o exercício legislativo no Brasil é recente, nos remete à década de 1820. Muito embora ao longo de três séculos – do desembarque dos portugueses em terras *brasilis* à chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808 – tenhamos exercitado de algumas formas a prática legislativa foi somente com a independência política em 1822 essa prática ganha forma institucional no país.

Ainda assim, vale ressaltar, que o processo de implantação do poder legislativo surge como resposta às demandas apresentadas a partir de uma nova organização, ou seja, a autonomia política no início do século XIX mostra um novo cenário o qual exige novas práticas políticas, administrativas e culturais.

Essa breve explanação visa demonstrar um panorama sobre a Câmara dos Deputados desde sua criação com a Constituição de 1824.

A Instituição Câmara dos Deputados como parte do sistema político brasileiro surge com a outorga da primeira Carta Constitucional em 1824, a qual pretendia

inaugurar uma estrutura representativa como as adotadas após as revoluções liberais na Europa nas primeiras décadas do século XIX.

Muito embora a outorga da Constituição estabelecesse a formação do Poder Legislativo, suas atividades só iniciaram em 29 de abril de 1826, dois anos após, quando foi realizada a primeira sessão preparatória do parlamento brasileiro. Oficialmente os trabalhos foram abertos em 6 de maio do mesmo ano, na seção solene de abertura da Assembleia Geral Legislativa, na qual participaram a Câmara dos Deputados e a Câmara dos Senadores.

Durante o primeiro reinado, a função legislativa encontrou resistência no Poder Moderador, instituído pela Constituição de 1824, o qual se outorgava o poder de aprovar ou não as determinações vindas do legislativo, nomear Senadores e dissolver a Câmara dos Deputados conforme a vontade do Imperador. O centralismo político defendido por D. Pedro I e suas práticas absolutistas criaram um clima desfavorável à relação entre o executivo e o Legislativo.

Após a abdicação de Pedro I inaugura-se um período singular na história do Brasil. Seguindo as orientações da Constituição de 1824 o Parlamento instala – diante da incapacidade do herdeiro ao trono - a Regência, a qual funcionaria até 1840. Esse período é marcado pelo exercício do poder pelo Parlamento, por meio de seus representantes alçados a condição de regentes.

Com o fim da Regência inicia-se o reinado de D Pedro II em 1840. Nesse período o exercício do Poder Legislativo do Brasil seguiu os preceitos determinados na Constituição de 1824. Durante as quase cinco décadas do segundo reinado, a Câmara dos Deputados foi constantemente dissolvida por Pedro II, no exercício do Poder Moderador.

A Câmara passou por vinte legislaturas. A 21ª. Legislatura, que seria instalada em novembro de 1889, foi suspensa, ainda durante suas sessões preparatórias, por ocasião da proclamação da República. A partir de então, os trabalhos da Câmara dos Deputados e do Senado ficaram suspensos por cerca de um ano.

Em 1890 foi convocado o Congresso Nacional Constituinte com o objetivo de elaborar a primeira Carta Constitucional Republicana Brasileira. O Congresso funcionou até fevereiro de 1891, quando foi promulgada a segunda Constituição da história do Brasil.

A nova Constituição estabelecia o mandado de quatro anos para os deputados e um período de oito anos para o mandado dos senadores, os quais até então vitalícios. Também é firmada a partir da Constituição de 1891 que o Presidente da Câmara deve ser a segunda pessoa na ordem de sucessão do Presidente da República.

Durante a República, a atuação do Poder legislativo passou por momentos de intensa movimentação política, alguns de natureza tão conturbada que levaram ao seu fechamento em 1930 com o golpe político que levou Getúlio Vargas ao poder.

No período de 1930 a 1934, no Governo provisório de Getúlio, o Poder Legislativo esteve em recesso, sendo reestabelecido em 1933 como Assembleia Nacional Constituinte. Após a promulgação da Constituição de 1934 e a realização de eleições indiretas para a Presidência da República, o Legislativo funcionou normalmente até 1937.

Com novo golpe político, Estado Novo instalado em 1937, Getúlio volta a colocar o Parlamento em recesso. Durante oito anos o Poder legislativo foi exercido pelo Presidente da República, acumulando todas as funções legislativas. Em 1945, com o fim da Era Vargas e a convocação de uma nova Assembleia Nacional Constituinte, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal voltam a compor a representação do Poder Legislativo.

Entre 1945 e 1964, sob o novo texto constitucional o Legislativo funcionou normalmente. Com o golpe militar em 1964 outro panorama influiu no funcionamento do Legislativo. Durante o período militar – até 1985 -, o Congresso Nacional tem recesso decretado por três vezes, sendo o mais longo entre outubro de 1968 e dezembro de 1969. O ato Institucional número 4 (AI-4) convoca extraordinariamente o Congresso Nacional para a elaboração de um novo texto constitucional e em janeiro de 1967 é promulgada a 6^a Constituição Brasileira. Durante o recesso parlamentar entre 1968 e 1969 é outorgada a emenda constitucional número 1, que dentre outras medidas, facultava ao Poder Executivo o direito de legislar no lugar do Parlamento.

Em 1985 um governo civil é reconduzido ao poder. Depois de negociação, Tancredo Neves é eleito Presidente da República pelo voto indireto. Tancredo falece antes de ser empossado e em seu lugar assume o vice-presidente José Sarney.

No início de 1988 é promulgada a Carta Constitucional da Nova República, cuja vigência se estende até os dias de hoje, apesar das inúmeras emendas e da revisão feita entre 1993 e 1994. Nessa Constituição estão estabelecidas as funções do Congresso Nacional e da Câmara dos Deputados.

A Câmara dos Deputados tem três funções principais: representar a população, legislar sobre os assuntos de interesse nacional e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos. Os deputados são responsáveis por discutir e aprovar propostas que viabilizem desejos da população referentes às áreas econômicas e sociais, tais como educação, saúde, transporte, habitação, entre outras.

A Câmara é a Casa onde são iniciados os trâmites da maioria das leis propostas no país e é o órgão de representação mais imediata da população no âmbito federal. Entretanto, no Brasil, vigora o sistema bicameral, o qual prevê a participação não só da Câmara, como do Senado Federal na elaboração das leis, se uma matéria tem início na Câmara dos Deputados, o Senado faz a sua revisão, e vice-versa. Sua estrutura organizacional é definida pelo seu Regimento Interno (RICD), que foi aprovado pela resolução de número 17 de 1989. A Câmara dos Deputados, assim como o Senado Federal, é de suma importância para o exercício da democracia e governabilidade do país.

3.2 O Contexto Político da Câmara dos Deputados em 2014

A eleição dos deputados federais em outubro de 2014 resultou na eleição de 198 deputados que nunca exercearam mandato na Câmara dos Deputados e 25 que não o fizeram na última legislatura, mas que, em algum momento já foram deputados federais. No total assumiram o cargo 513 parlamentares, onde 70% foram reeleitos, segundo os dados do estudo, de janeiro de 2015, realizado por Ana Luiza Backes, consultora legislativa da área XIX, da Câmara dos Deputados.

A composição por partido na 55^a Legislatura (2015-2018) conta com 28 partidos que elegeram representantes, seis a mais que na legislatura anterior, na qual contava com 22 partidos, como mostra a tabela a seguir:

Tabela 1 – Disposição da quantidade de votos de cada partido participante

PARTIDO	ELEITO
PT	69
PMDB	66*
PSDB	54
PP	38
PSD	36
PR	34
PSB	34
PTB	25
DEM	21
PRB	21
PDT	19*
SD	15
PSC	13
PROS	11
PC DO B	10
PPS	10
PV	8
PHS	5
PSOL	5
PTN	4
PMN	3
PRP	3
PEN	2
PSDC	2
PTC	2
PRTB	1
PSL	1
PT DO B	1
PCB	0
PCO	0
PPL	0
PSTU	0
TOTAIS	513

*os números são anteriores à decisão judicial no Maranhão, que validou os votos de candidato do PDT, que passou de 19 para 20 cadeiras, enquanto que o PMDB perdeu uma, diminuindo de 66 para 65

Uma das principais preocupações com relação à atual legislatura é a elevada fragmentação partidária, o que resulta em alto grau de dispersão da representação entre os partidos. Um sistema com muitos partidos, e mesmo com muitos partidos no parlamento, pode ter cadeiras concentradas em poucos deles. E, pelo inverso, um sistema com poucos partidos pode ter elevada fragmentação se as cadeiras se dispersarem entre eles (por exemplo, 5 partidos, cada qual com 20% dos

representantes). Dessa forma, para garantir a governabilidade, tornou-se comum a composição de uma extensa e diversificada coalizão política, formada em sua maioria por partidos que possuem planos programáticos divergentes.

[...] presidencialismo de coalizão é uma realidade peculiar do sistema político brasileiro. Ao retratá-lo Abranches apontou que: “O Brasil é o único país que, além de combinar a proporcionalidade, o multipartidarismo e o ‘presidencialismo imperial’, organiza o executivo com base em grandes coalizões” (ABRANCHES, 1988, p. 21-22).

A coalizão existe para que o Executivo possa se sustentar formando sua base de apoio no Congresso. Para tanto, oferece cargos políticos e verbas orçamentárias na tentativa de estabelecer parcerias que possam viabilizar a implementação e aprovação de suas políticas, projetos e programas governamentais. Entretanto, essas aprovações e apoio podem ser um desafio maior e mais complexo do que se imagina, pois conforme a composição da 55^a Legislatura com a fragmentação do sistema político brasileiro é improvável que uma ou duas legendas formem a hegemonia parlamentar necessária para a aprovação de medidas.

Na Câmara dos deputados eleita em 5 de outubro de 2014 a concentração é mínima, não há partidos grandes, e os três maiores somados têm pouco mais de um terço da Casa. OPT tem 69 cadeiras (13,5%); PMDB, com 65 (12,9%); e PSDB com 54 (10,5%). Um segundo grupo de partidos está entre 34 e 38 cadeiras (PSD, PP, PR e PSB), e um terceiro grupo fica com algo entre 19 e 25 lugares cada (PDT, DEM, PTB e PRB)³.

Essa grande diversidade pode ser interpretada como um sinal de ampla representatividade da sociedade no parlamento, mas quando os níveis de fragmentação são muito elevados surge a possibilidade de se tornar muito difícil a formação de maiorias claras na Casa, as quais são necessárias para que o governo possa funcionar e implementar o seu programa. Quanto mais partidos, mais instáveis as coalizões.

Ademais das coalizões partidárias, é comum a classificação dos deputados por bancadas de interesse, com o objetivo de identificar os parâmetros que orientam sua atuação, os quais vão além dos interesses do partido. Em geral o termo refere-se a bancadas informais, em que os parlamentares se unem pelo seu pertencimento

³ Dados do Estudo de Janeiro de 2015 da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, elaborado por Ana Luíza Backes.

a determinadas categorias sociais e, em alguns casos, existe uma formalização, como é o caso das Frentes Parlamentares, as quais são constituídas por adesão, como mostra a tabela:

Quadro 1 – Composição das bancadas da 55^alegislatura (2014-2018)

Bancada de empresários	Proprietários ou sócios de estabelecimento comercial, industrial, de prestação de serviços ou ainda proprietário de fazenda ou de indústria agropecuária*. Pelo critério do DIAP, a bancada de empresários na 55 ^a . Legislatura será de 220 Deputados. O número é menor do que a legislatura anterior, que era de 246.
Bancada Ruralista	O DIAP considera que a bancada ruralista teria eleito no último pleito 110 deputados. O órgão contabiliza aquele que mesmo não sendo proprietário rural ou atuando na área do agronegócio assume sem constrangimento a defesa dos pleitos da bancada. Inclui na contagem os que foram financiados por recursos do agronegócio.
Bancada Evangélica	Para o DIAP, a bancada teria eleito 75 deputados, um aumento em relação aos 70 integrantes da legislatura anterior. Pode-se considerar os parlamentares que usam denominação associada à igreja (Bispo, Pastor).
Bancada Sindical	A bancada eleita em 2014 é de 51 deputados, representando uma considerável diminuição em relação a 2010, quando foram eleitos 72. São incluídos nessa contagem não apenas deputados que tinham cargos em sindicatos, mas também os que tinham relações com o movimento sindical, como, por exemplo, os advogados trabalhistas.

Fonte: *Classificação do DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar).

A composição da Câmara dos Deputados eleita em 2014 tem perfil mais conservador e isso traz reflexos na pauta de propostas analisadas pelo Congresso e na relação do Legislativo com o Executivo. Um dos aspectos detectado pelo DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar - foi a redução da bancada de sindicalistas e o aumento da bancada empresarial. Para o analista político do DIAP, Antônio Augusto de Queiroz, em entrevista ao portal Consultor Jurídico, em

outubro de 2014, o fato se deve a dois fatores principais: “o conservadorismo de um lado e o custo muito elevado das campanhas”⁴.

Além disso, verifica-se, apesar da manutenção do PT, PMDB e PSDB como maiores partidos da Câmara, o grande número de deputados eleitos com discurso religioso ou focado em segurança pública, como as bancadas evangélicas e da bala, respectivamente. Isso eleva a possibilidade de discussões de pautas relacionadas a redução da maioridade penal e o desmonte do Estatuto do Desarmamento, por exemplo.

Outro aspecto importante levantado pelo DIAP foi o aumento da fragmentação de deputados; como dito, foram 28 partidos, quatro a mais do que na legislatura anterior, acarretando em uma dificuldade maior para que o governo promovesse uma reforma política.

Todavia, a atual legislatura, mesmo marcada pela fragmentação, conseguiu pela articulação de seu presidente Eduardo Cunha (PMDB)⁵, unir três grupos de forte poder de pressão num só bloco, que passou a atuar conjuntamente. É a chamada bancada “BBB”, uma alusão às iniciais de “bala, boi e Bíblia”. Segundo dados do DIAP, nas principais comissões e no plenário, as demandas dos três setores conseguiram vitórias graças ao mútuo apoio e à liderança do presidente da Câmara a época.

A citada bancada é composta por 275 parlamentares representantes da Bancada da Bala, 198 da Ruralista e 74 da Evangélica. Vinte parlamentares atuavam nas três, entre eles Eduardo Cunha (PMDB), que é evangélico. Nas frentes da “bala” e do “boi” eram 105 deputados simultaneamente. E 22 congressistas estavam nas frentes da “Bíblia” e da “bala” ao mesmo tempo. O presidente da Bancada Evangélica à época, João Campos (PSDB-GO), por exemplo, é delegado e vice-presidente da Bancada da Bala. Ao todo, 373 (73%) dos 513 deputados estavam inscritos em pelo menos um dos três grupos⁶. Os principais parlamentares que compõem a bancada BBB são membros dos seguintes partidos: PMDB, PSD, DEM, PSC, PP, entre outros. A seguir as principais lideranças:

⁴ www.conjur.com.br/2014-out-07/veja-ficara-perfil-camara-deputados-2015. Acesso em 17 de julho de 2017.

⁵ Eduardo Cunha (PMDB) foi presidente da Câmara dos Deputados entre fevereiro de 2015 a julho de 2016, quando, após cassação do mandato por determinação do STF - Supremo Tribunal Federal, renunciou a presidência da Casa.

⁶ Dados coletados no site do senado federal www.senado.leg.br

Tabela 2 – Composição das principais lideranças. São Paulo, 2018

Bancada	Principais Lideranças – Parlamentares
Segurança Pública (Bala)	Alberto Fraga (DEM-DF), João Campos (PSD-MG), Capitão Augusto Rosa (PR-SP), Jair Bolsonaro (PSC-RJ)
Evangélica (Bíblia)	Eduardo Cunha (PMDB-RJ), João Campos (PSD-MG), Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ)
Agronegócio/Ruralista (Boi)	Marcos Montes (PSD-MG), Jerônimo Goergem (PP-RS)

Fonte: DIAP

Segundo a Câmara dos Deputados⁷, a presidente Dilma Rousseff (PT) assumiu o segundo mandato com uma base aliada menor. O PT continuou com a maior bancada na Casa, mas com 18 deputados a menos do que na legislatura anterior. Foram eleitos 69 deputados em 2014 contra 88 em 2010.

Os nove partidos que estão na chapa que elegeu Dilma Rousseff (PT) (PT, PMDB, PSD, PP, PR, Pros, PDT, PCdoB e PRB) elegeram 304 deputados, 36 a menos do que na eleição anterior. Com a diminuição do PT e dos aliados, a ex-presidente ficou mais dependente de alianças com outros partidos para conseguir os votos necessários para aprovação de seus projetos.

3.3 A conjuntura política de 2013 até 2016 – da campanha ao *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff (PT)

Necessário iniciarmos esse trecho contextualizando o governo Dilma Rousseff (PT) desde seu primeiro ano. Dilma tomou posse em 1 de janeiro de 2011, sendo a 36^a presidente do Brasil. Segundo dados do Instituto DataFolha, em agosto de 2011, a presidente possuía 49% de avaliação do seu governo como ótimo/bom e 38% como regular.

Em seu primeiro ano de governo, deu continuidade às políticas sociais e econômicas de seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que deixou o Palácio do Planalto com níveis históricos de aprovação popular. Dilma conseguiu mantê-los em bom patamar. Segundo dados do IBOPE (Instituto Brasileiro de Pesquisa Estatística), em 2012 avaliação do governo como ótimo/bom chegou a 64%. Para

⁷ Dados coletados no site da câmara dos deputados www.camara.leg.br

manter estes percentuais, a presidente tinha obrigatoriamente que vencer desafios importantes, tais como manter o equilíbrio econômico, o controle dos índices de inflação e o ritmo de crescimento do PIB. Tarefa nada simples e nem fácil, pois os elevados investimentos em obras para a realização de dois grandes eventos de repercussão mundial, a Copa do Mundo de futebol (2014) e os Jogos Olímpicos (2016), resultaram em desequilíbrio orçamentário. Estas ocorrências, de acordo com Nobre (2013), impediram que o governo fizesse o contingenciamento dos recursos e cumprisse desta forma o roteiro natural de todos os governantes, que é utilizar os dois primeiros anos de mandato para a estabilização de contas e acertos regulatórios, deixando as grandes obras para os dois anos finais.

Além disso, enfrentou a demissão do Ministro Chefe da Casa Civil, Antônio Palocci (PT), tido como o principal articulador político do governo, acusado de corrupção e enriquecimento ilícito. A queda de Palocci, na avaliação de Nobre (2013), provoca uma cisão em negociações importantes que estavam em andamento com partidos tanto de direita como de centro. Depois do Ministro da Casa Civil, outros seis ministros foram demitidos no período, que foi rotulado como “faxina ética”: Carlos LUPI (PDT), Wagner Rossi (PMDB), Alfredo Nascimento (PR), Orlando Silva (PCdoB), Pedro Novais (PMDB) e Mário Negromonte (PP). Vale relembrar que a “faxina” ética promovida pela presidente Dilma repercutiu positivamente junto à opinião pública (FERNANDES, 2012).

A presidente foi sempre criticada pela falta de “jogo de cintura político”, tanto que em seu primeiro mandato recebeu apenas dois dos 513 deputados federais e apenas 13 dos 81 senadores, conforme revela levantamento feito pelo jornal *O Globo*. Esta postura de “pouca conversa” amplificou a insatisfação de deputados e senadores, em razão das dificuldades em obter aprovações de seus projetos.

Mas o relacionamento do Palácio do Planalto com o Congresso Nacional se deteriorou de vez quando entrou em votação a Medida Provisória 595/12, em maio de 2013, denominada de MP dos Portos, que facilita os processos de exploração e concessão dos portos nacionais. O líder do PMDB na Câmara na ocasião era o deputado Eduardo Cunha (PMDB), que não escondeu a sua irritação com a atitude da presidente. Para ele e parte da base aliada, Dilma não cumpriu o acordado entre empresas, trabalhadores e governo. Vetoou 13 pontos, dentre eles a renovação antecipada dos contratos de concessão. Como resposta, Cunha articulou a criação do *Blocão*, com mais de 250 parlamentares de oito siglas partidárias (PDT, PSC, PP,

Pros, PMDB, PTB e PR). Destes, o Solidariedade é o único que sempre se confessou oposição, ou seja, não pertencia a base governamental. O intuito do grupo era obstruir as atividades da Câmara, constranger e forçar o governo a se curvar, ainda que discordasse, às suas propostas. Sem diálogo e sem interlocutores, o governo já vislumbrava dias difíceis pela frente, como ficou claro com a proposta da criação de uma comissão externa para investigação das denúncias que começavam a jorrar da Petrobrás. “Nós derrotamos o governo. O resultado político já foi obtido. Enquanto não votarem a criação de uma comissão externa, vou obstruir a pauta. Ou vota isso ou não vota nada”⁸, afirmou Eduardo Cunha (PMDB), que no segundo mandato da presidente Dilma Rousseff (PT) se elegeria presidente da Câmara, posição que lhe facultava o direito de dar ou não prosseguimento ao pedido *impeachment* da presidente da República.

Paralelo a este cenário já complexo no Congresso Nacional, ocorre em São Paulo uma manifestação contra a elevação de R\$ 0,20 nas tarifas do transporte urbano. Liderada pelo quase desconhecido MPL (Movimento Passe Livre), que luta pela tarifa gratuita, sua bandeira era restrita e exclusivamente municipal. O governo municipal, então liderado pelo prefeito Fernando Haddad, do PT, foi surpreendido pelo movimento, que arregimentou seus membros pelas redes sociais. De São Paulo o movimento se espalhou pelas principais capitais do país. Ainda não compreendido foi taxado pelo *Jornal Nacional* (JN), da Rede Globo, na edição de 10/07/13, de “tumulto” por ter causado, na avaliação dos seus repórteres, prejuízos ao trânsito e incômodo para a população. Nas edições seguintes, o principal telejornal do Brasil usou o termo “vandalismo” e mostrou imagens de cidadãos reclamando do tumulto e perturbação da ordem pública.

Nessa ocasião, tramitava no Congresso a PEC 37 que pretendia limitar a atividade de investigação criminal às polícias federal e civil dos Estados e Distrito Federal, o que contrariava o Ministério Público, que queria não somente acusar, mas também investigar. É importante lembrar que o JN se “posicionava” de forma crítica à aprovação da PEC 37, justificando-a como demanda cada vez mais importante das ruas embora a importância da PEC 37 para o movimento que ganhava as ruas

⁸ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/o-bloco-de-deputados-que-emparedou-o-governo-dilma/>. Acesso em: 6 de janeiro de 2018.

do país fosse apenas marginal, conforme revelou Souza (2016), mencionando pesquisa realizada do Ibope, citada pela primeira vez pelo JN.

O sociólogo Jesse Souza considera este momento como o marco da articulação e do conluio entre o aparato jurídico-policial do Estado e imprensa. O “agrado” do JN ao MP lançava as primeiras bases da atuação em conluio (SOUZA, 2016, p. 90).

Dias depois, o JN noticia com destaque os protestos de produtores rurais contra os índios e a política de demarcação das terras pela FUNAI – Fundação Nacional do Índio. O objetivo do ato era o de transferir do governo para o Congresso esta decisão. O Jornal Nacional começava a perceber o potencial de crítica ao governo, mas ainda não descobrira a federalização (SOUZA, 2016, p. 90).

Na edição de 17 de junho de 2013 percebe-se ligeira mudança no tom do texto do JN referente às manifestações: o movimento das ruas antes rotulado de “tumulto” agora é tratado como “pacífico” e como uma “expressão democrática”. Não mais causavam prejuízos ao trânsito. A bandeira brasileira virou seu símbolo. A cobertura jornalística, inclusive, passou a combater a repressão policial.

Começava a criação da estética e moral do movimento antigoverno federal capitaneado pela grande imprensa: os ritos passaram a ser cantar o hino nacional, vestir a camisa da seleção brasileira, ter a cara pintada e usar a bandeira nacional. Mudaram não apenas as bandeiras iniciais do movimento, mas também o público que o apoia. Em vez de jovens e estudantes, tínhamos agora famílias de classe média com perfil de renda alta. (SOUZA, 2016, p. 91).

Na avaliação de Souza, após a “vitória” do MPL, que conseguiu o “congelamento” do preço da tarifa dos transportes coletivos, o movimento perdeu o seu sentido popular e reivindicatório para se tornar uma “festa popular” contra a corrupção e a “ladroagem” na política. Esta seria, a partir de então, a bandeira central das manifestações que ganhavam as ruas do País. As coberturas jornalísticas dos dias seguintes apenas aprofundaram o veio enfim encontrado, para a federalização de conflitos antes localizados e municipalizados (SOUZA, 2016).

O governo bem que tentou reagir. Procurou resgatar projetos de interesse popular que estavam parados no Congresso, como a proposta de reforma política para combater a corrupção além de outros quatro pactos: transporte público, corrupção como crime hediondo, médicos estrangeiros e destinação de 100% dos recursos do pré-sal para a educação. O Congresso, de perfil conservador, não

reagiu, e a mídia, que já pautava a agenda política, não revelou interesse. Em meio a este cenário político conturbado, pesquisas de opinião mostravam índices percentuais decadentes da popularidade da presidente Dilma. Segundo o instituto de pesquisa DataFolha, em abril de 2014, a avaliação da presidente marcava 36% como ótima/boa, 39% como regular e 25% como ruim e péssima. Vale lembrar que o desgaste do governo tem início com as manifestações de junho de 2013 e se agrava, em março 2014, com o início da operação da Polícia Federal denominada “Lava Jato”⁹.

Para Souza (2016, p. 95) “era o sucesso absoluto da campanha mediática pela federalização das manifestações e pela personalização do descontentamento na pessoa da presidente da República”.

A presidente Dilma, apesar destes percalços, se candidatou para a reeleição, que novamente contou com o apoio do ex-presidente Lula. Seu oponente principal, com quem disputou o segundo turno, era o senador Aécio Neves (PSDB/MG), que antes havia governado o seu estado natal, Minas Gerais. Dilma venceu com uma margem de pouco mais de três milhões de votos e impôs a quarta derrota consecutiva ao PSDB. “As forças conservadoras não só não aceitaram a derrota eleitoral como começaram a flertar com um caminho não eleitoral” (SOUZA, 2016, p. 105).

Ao contrário do que se imaginara a divulgação do resultado final da eleição, onde Dilma Rousseff (PT) é reeleita por 51,65% dos votos válidos, apenas 3,28% a frente do concorrente Aécio Neves, no segundo turno, não serviu para apaziguar os ânimos que se acirraram durante a disputa. As prisões espetaculares e os vazamentos à imprensa de depoimentos dos envolvidos com a operação Lava Jato ajudaram a enfraquecer o governo que iniciava o seu mandato, que ainda seria surpreendido pela eleição do deputado Eduardo Cunha (PMDB) à presidência da Câmara dos Deputados.

Cunha, desde o início de seu mandato como presidente da Casa Legislativa, procurou criar dificuldades e constrangimentos para o governo colocando em votação as chamadas “pautas bombas”.

⁹ No dia 17 de março de 2014, a Polícia Federal deflagra uma operação com o objetivo de investigar e desarticular um esquema de desvio de recursos públicos e lavagem de dinheiro. A partir da prisão de doleiros e, posteriormente, de ex-funcionários da Petrobrás, a Lava Jato revela a existência de uma rede de corrupção ligada à principal estatal brasileira que envolve empreiteiras, partidos políticos e agentes públicos.

Uma semana após ser derrotado pelo Planalto na escolha do líder de seu partido, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB), começa sua retaliação ao governo. O peemedebista programou a votação de uma "pauta-bomba" com impacto de R\$ 207,1 bilhões e já começou a escalar seus aliados que combaterão a chapa com os indicados por Leonardo Picciani (RJ), reeleito líder do PMDB, contra sua vontade¹⁰.

Sucessão de fatos ocorreram simultaneamente deixando o governo ainda mais acuado. Sua base de apoio no Congresso é frágil. A Operação Lava-Jato, comandada pelo Juiz Sérgio Moro com o apoio do MPF de Curitiba e Polícia Federal, prende parlamentares do PT e altos executivos da Petrobras; o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), e seu grupo de apoiadores criam obstáculos na aprovação de propostas do governo; a imprensa oferece ampla cobertura às prisões feitas pela Justiça e divulga depoimentos dos detidos, que por lei deveriam ser sigilosos. Esta mistura de ocorrências, com o tempero dramático da imprensa, formam um convite às manifestações populares que eclodem em diferentes capitais do país. Em todas elas o grito é contra a corrupção, a extinção do Partido dos Trabalhadores e pelo *impeachment* da presidente da República, eleita democraticamente em dois turnos pelo voto popular. Há, ainda, um grupo minoritário, porém barulhento, que pede o retorno dos militares ao poder e que, pelo inusitado, conseguiu cobertura por parte da mídia.

Em meio a este cenário cada vez mais crítico para o governo, vaza o depoimento de um delator que acusa Cunha de ter recebido US\$ 5 milhões de propina. O presidente da Câmara considera que o vazamento partiu do governo e, assim, rompe com este o frágil relacionamento político que mantinha. Na ocasião, Cunha declarou: "Saiba que o presidente da Câmara agora é oposição ao Governo. Eu, formalmente, estou rompido com o Governo. Politicamente estou rompido"¹¹.

Paralelo a estes acontecimentos, a presidente Dilma ainda sofria pressão do TCU – Tribunal de Contas da União -, que acusava a sua administração de utilizar recursos da CEF – Caixa Econômica Federal – para pagamento de benefícios sociais. O TCU entende que o artifício configura empréstimo ao seu controlador, o que é vedado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, embora o mesmo artifício tenha

¹⁰ <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,cunha-programa-pauta-bomba-de-r-207-1-bilhoes,10000018003> acesso em: 08 de janeiro de 2018.

¹¹ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/17/politica/1437145574_034316.html acesso em: 8 de janeiro de 2018.

sido usado com frequência pelo governo FHC sem qualquer intervenção do órgão controlador¹².

As denominadas pedaladas fiscais serviram de mote para que os juristas Miguel Reale Júnior, na época filiado ao PSDB, e Hélio Bicudo, ex-membro do PT, com o apoio jurídico da advogada Janaina Paschoal, entrassem com pedido de *impeachment* junto à presidência da Câmara dos Deputados, que foi aceito pelo presidente Eduardo Cunha (PMDB).

¹² Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1621205-manobras-fiscais-na-caixa-cresceram-no-governo-dilma.shtml> acesso em: 8 de janeiro de 2018.

4 VOTAÇÃO PELA ADMISSIBILIDADE DO IMPEACHMENT: CONTEXTO DA SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, NO DIA 17 DE ABRIL DE 2016

Após aceitação do pedido de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (PT) pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB), é definida a data de votação pela sua admissibilidade, a qual se deu em 17 de abril de 2016, em um domingo, em Brasília, na Câmara dos Deputados. O presidente da Câmara inicia os trabalhos para a apreciação da denúncia por crime de responsabilidade. Ocorre a votação, em turno único, do parecer da Comissão Especial do Impeachment sobre a denúncia contra a presidente da República por crime de responsabilidade, oferecida pelos juristas Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reali Junior e Janaina Conceição Paschoal, pela admissibilidade jurídica e política da acusação, em virtude da abertura de créditos suplementares por decreto presidencial, sem autorização do Congresso Nacional (Constituição Federal, art.85, inciso VI, e art.167, inciso V; e lei no. 1.079, de 1950, art. 10, item 4, e art. 11, item 2); e da contratação ilegal de operações de crédito (Lei no. 1.079, de 1950, art. 11, item 3), e pela consequente autorização, pelo Senado Federal, de processo por crime de responsabilidade.

Iniciada com a palavra do relator da matéria, deputado Jovair Arantes (PTB), a cerimônia é seguida das palavras dos líderes das bancadas, já manifestando as posições e orientações de cada partido/bancada e, posteriormente, iniciando-se o processo de chamada por Estados e por ordem alfabética dos deputados para a efetiva votação, previamente orientada para a identificação do voto em: sim, não ou abstenção.

No início da chamada para a votação estavam presentes 505 parlamentares, incluindo todos os componentes da Mesa Diretora. O processo, com duração de 9 horas e 47 minutos, ao final resultou em 511 votos válidos, dos quais 367 optaram pelo voto *sim*, 137 votaram *não*, com 7 abstenções e apenas dois parlamentares ausentes. Assim, encerrou-se o dia com a fala final do deputado Eduardo Cunha (PMDB), autorizando a instauração de processo contra a presidente da República.

O dia 17 de abril de 2016 fica marcado na história do país, pois tratou de importante momento de manifestação democrática. Ademais, demonstra todo o jogo político, disputas, poderes, alianças e fisiologismos marcados pelas atuações de

Eduardo Cunha (PMDB) e Renan Calheiros (PMDB), ou seja, o esquema de “toma-lá-dá-cá”, em que as ações e decisões políticas são tomadas em favorecimento dos interesses pessoais. Tudo sendo ostensivamente coberto pela mídia, principalmente pelas TVs, que em um dia de domingo, reconhecido como o dia de descanso, cobriram integralmente a sessão, alcançando índices elevados de audiência.

Dessa forma, os atores políticos aproveitam a oportunidade para marcar posição e reforçar sua imagem pública, seu capital político, seja junto a seus pares ou seus eleitores, pois consideram a presença na mídia essencial para formulação das preocupações políticas e pautas relevantes.

A cerimônia de votação contou com inúmeras manifestações orais dos parlamentares, as quais muitas vezes contundentes, interrompendo falas das lideranças, do presidente, do secretário e até mesmo dos deputados na hora do voto, gerando diversos tumultos. Além disso, diversos cartazes e bandeiras expostos à frente da Mesa Diretora deixam claras a intenção de fortalecer posições por meio das imagens amplamente repercutidas nos meios de comunicação televisivos, onde há a prevalência da linguagem visual.

4.1 Representação das narrativas dos deputados federais no momento do voto: uma análise de conteúdo

Como se viu, a atual legislatura (2015-2018) formou um parlamento com viés mais conservador do que a anterior. Conta com número expressivo de parlamentares evangélicos, militares, ruralistas e empresários que empunham as bandeiras da religião e da família, buscando reforçar suas posições e atingir eleitores de seus estados e cidades de origem. Na atual legislatura, esses grupos se sobressaem perante os partidos ditos de esquerda, aqueles mais voltados às causas sociais, os quais perderam número significativo de assentos nas urnas das eleições de 2014.

As narrativas dos deputados federais nesse estudo foram demonstradas por meio da metodologia da Análise de Conteúdo, como propõe Bardin (2011). A autora define como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (2002, p. 42).

A análise contempla três fases, sendo a primeira a pré-análise – organização e seleção do material, juntamente com a construção da hipótese e objetivo e a elaboração dos indicadores, os quais fundamentarão a interpretação. A segunda trata-se da categorização – classificação dos critérios conforme analogias e diferenciação. Por fim, as interpretações dos resultados.

Para compreender o conteúdo recorreu-se às três etapas dessa metodologia. Na primeira etapa foram selecionadas as falas dos deputados federais relativas aos votos válidos, as quais somaram 511 no total. A leitura das narrativas¹³ permitiu a seleção das falas e o agrupamento com base em categorias, a saber: eleitoreiras, posição política e voto simples. Denomina-se as de voto simples as falas que se restringiram a produzir aos votos sim ou não com pequenas frases objetivas, estas somaram 95.

Dessa forma, as demais 407 narrativas, já na segunda etapa, denominadas de exploração, foram agrupadas às categorias e subcategorias, sendo elas: eleitoreira; reduto dos eleitores, religião e família, e posição política: partidária, alusivas ao Partido dos Trabalhadores (PT) e fiéis ao governo Dilma Rousseff (PT), conforme tabela a seguir.

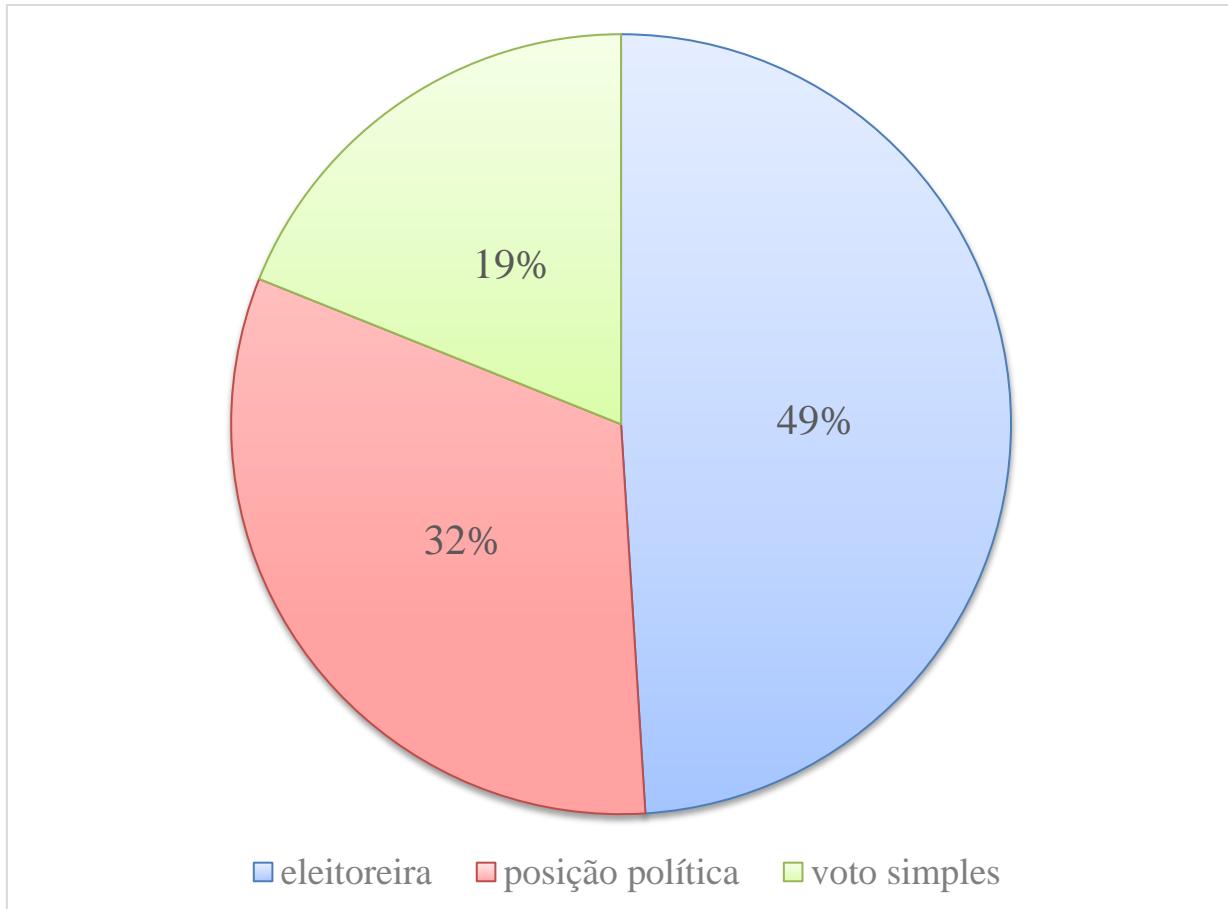
Tabela 3 – Representação dos votos categorizados. São Paulo, 2018

CATEGORIAS	VOTOS
Narrativa Eleitoreira	246
Narrativa Posição Política	161
Narrativas de voto simples	95

Fonte: Autora com base nas notas taquigráficas.

¹³ Taquigrafadas pelo Departamento de taquigrafia, revisão e redação da Câmara dos Deputados, cujo documento com 331 páginas está identificado por sessão: 091.2.55.O, data: 17/04/16, turno: vespertino, tipo da sessão: Deliberativa Extraordinária – CD, local: Plenário principal – CD, início: 14h, término: 23h50min.

Gráfico 1 – Porcentagem dos votos conforme categoria. São Paulo, 2018



Fonte: Autora com base nas notas taquigráficas.

Após o agrupamento e a categorização das narrativas mencionadas, na fase de exploração do material, fica clara a necessidade de determinação de uma amostra mais enxuta para possibilitar a interpretação dos dados, por conta da extensão do material. Nesse sentido, na terceira e última etapa, algumas narrativas na hora do voto foram escolhidas exclusivamente por serem as que melhor exemplificam as intenções das falas categorizadas. E os resultados obtidos foram interpretados, a partir das categorias eleitoreira e posição política, considerando o contexto político, conforme exposição a seguir.

4.1.1 Eleitoreira

São aquelas que mostram o político usando o plenário como se fosse um (preparado como se estivesse em um) palanque, falando ao seu reduto de eleitores e aos seus pares claramente em conformidade com o que o parlamentar entende como sendo os anseios de sua cidade natal. Usando de narrativas que vão desde

elogios aos familiares (esposa, filhos, netos, parentes), passando por enaltecimento das cidades e do estado que representa, até a difusão de suas crenças religiosas, morais etc. o agente político no campo procura demarcar território. Determinadas narrativas são emblemáticas, como a do deputado Marcelo Álvaro Antônio (PR/MG) que interrompe as votações para fazer uma correção:

O SR. Marcelo Álvaro Antônio (Bloco PR-MG) – Sr. Presidente, só para corrigir aqui uma situação. Eu quero mandar um abraço. Eu não mencionei o meu filho, Paulo Henrique. (Manifestações no plenário)

O Sr. Presidente (Eduardo Cunha) – deputado, isso não é possível.

O Sr. Marcelo Álvaro Antônio (Bloco PR-MG) – Paulo Henrique é para você, meu filho. Um beijo!

Muitas falas durante a votação faziam menções às famílias, cheias de referências a filhos, esposas, maridos, tios, pais, mães sendo cobertas por aplausos ou vaias, tornando o momento teatral, espetacular e totalmente sem a preocupação de mencionar o fato jurídico que levava os deputados a sessão especial do parlamento. Como no caso do voto do deputado Eduardo da Fonte, do PP, de Pernambuco:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao lado do meu filho Luiz Eduardo, que aqui está, em nome da minha família, eu gostaria [...]. Eu vou passar a palavra ao meu filho, para que ele possa dizer ao Brasil o meu voto. (O presidente da Câmara, Eduardo Cunha, interfere dizendo: "Não é possível deputado, não é possível. Deputado conclua seu voto"). Voto Sim!

Outras narrativas também merecem destaque, como a do deputado Jorginho Mello, do PR de Santa Catarina: "Sr. presidente, pelos meus filhos, Bruno e Felipe, pelo privilégio de ser de Santa Catarina [...] eu voto sim". E ainda, o voto do deputado Marco Tebaldi, do PSDB, também de Santa Catarina, que diz: "Em nome de Joinville [...] pelo meu neto Pedro, que nasceu há 10 dias, pelo futuro dele e por todas as famílias de bem do Brasil, meu voto é sim".

Essas narrativas não contemplam o mote principal da sessão de votação, que pretendia admitir ou não o impedimento da presidente pelo crime de responsabilidade. Denominou-se de eleitoreiras porque visam apenas enaltecer familiares, em uma fala que se mostra fora do contexto político que o momento exigia, como a narrativa do veterano deputado Heráclito Fortes (PSB/PI), a saber:

[...] quero deixar aqui o meu abraço a minha mulher Mariana, as minhas filhas Marianinha, Heloisa e Camila; aos meus netos Antônio e João; a minha neta que está por vir, Olímpia, a minha irmã Zélia, a minha tia Elzamir, com 96 anos, [...]. O voto que eu vou dar não é um voto de rancor, é o voto da lógica, é o voto do futuro do Brasil. [...] é o voto em nome das ruas. Portanto, ele é sim!

O quadro 2, a seguir, conta com outras falas que exemplificam a categorização em eleitoreiras.

Quadro 2 – Narrativas da categoria eleitoreira: Família

<p>Alusivas à família</p>	<p><i>Srs. deputados, Sr. Presidente [...], em primeiro lugar quero agradecer a deus a oportunidade de ser eleito por um Estado tão amável [...] quero agradecer também a minha esposa, a minha filha, a minha mãe, a minha tia Eurides, que cuidou de mim quando pequeno, a minha tia Geo, que me ensinou educação. Eu quero agradecer ao povo brasileiro [...]. Neste momento, para que o brasileiro tenha uma nova esperança de dias melhores [...] eu voto sim (DEP. FRANKLIN LIMA – PP-MG).</i></p> <p><i>Sr. Presidente, só para corrigir aqui uma situação. Eu quero mandar um abraço. Eu não mencionei o meu filho, Paulo Henrique [...]. Paulo Henrique, é pra você, meu filho. Um beijo! (DEP. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – PR-MG).</i></p> <p><i>Sr. Presidente, V.Exa., entra para a história hoje. Pela minha família, mas principalmente pelo meu pai, Cesar Maia, que quando Prefeito do Rio foi atropelado pelo Governo do PT – o PT rasga a Constituição [...] o meu voto é sim (DEP. RODRIGO MAIA – DEM-RJ).</i></p> <p><i>Por um Brasil onde meu pai e meu avô diziam que decência e honestidade não eram possibilidade, eram obrigação; por um Brasil onde os brasileiros tenham decência [...] pelo Brasil pelos jovens que estão lá fora, sim! Brasil, verás que um filho teu não foge à luta! (DEP. CAIO NARCIO – PSDB-MG).</i></p>
---------------------------	--

Fonte: Autora com base nas notas taquigráficas.

Ainda relativas à categoria que se chamou de eleitoreira, vê-se as narrativas de cunho religioso, relacionadas principalmente à bancada evangélica, grupo que obteve considerável número de assentos na última eleição. Esses deputados no momento da votação procuraram demarcar suas posições perante seu eleitorado com falas dirigidas aos evangélicos ou fiéis, abordando Deus a moral e bons costumes, incluindo passagens bíblicas como o voto do deputado Antônio Jácrome, do PTN-RN:

Sr. Presidente nunca foi tão atual a palavra da Bíblia: ‘Esse o meu povo, que chama pelo meu nome, se humilhar, e orar, e buscara minha face e se converter dos seus maus caminhos, então eu ouvirei dos céus, e perdoarei os seus pecados, e sararei a sua terra’. Por uma nova ordem política [...] pelos meus irmãos brasileiros [...] o meu voto é sim.

Esses deputados fazem parte de um grupo conservador que a cada legislatura vem ampliando seu espaço político no parlamento, influenciando na aprovação de reformas e diversos projetos de lei. Durante o processo de impedimento da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) esse grupo teve uma atuação relevante apoiando as decisões do deputado Eduardo Cunha (PMDB), presidente da Casa, que se diz evangélico. Nesse sentido, o momento de votação do deputado Pastor Eurico (PHS-PE) torna-se emblemático na sua fala: “Feliz é a nação cujo Deus é o Senhor! Em defesa da vida, da família, da moral, dos bons costumes, contra a corrupção e não desistindo do Brasil, meu voto é sim”. E, ainda, ressalta-se a narrativa do deputado Marco Feliciano (PSC-SP), “com a ajuda de Deus, [...] pelos evangélicos da Nação toda, pelos meninos do MBL, pelo Vem pra Rua Brasil – dizendo que o Olavo tem razão, Sr. Presidente, dizendo ‘tchau’ para essa querida e para o PT, Partido das Trevas- eu voto sim ao impeachment, Sr. Presidente!”.

Essas narrativas como a do deputado Joaquim Passarinho, do PSD, do Pará e da deputada Júlia Marinho, do PSC-PA, demonstram claramente a intenção de enfatizar posturas religiosas. São elas respectivamente: “Pedindo as bênçãos de Nossa Senhora de Nazaré [...], sim, contra a corrupção” e “Sr. presidente, em respeito a minha família [...] e em consideração e respeito a nação evangélica, o meu voto é sim”. O quadro 3, a seguir, contempla outros exemplos.

Quadro 3 – Narrativas da categoria eleitoreira: Religião e Crença

Alusivas à religião e crença	<p><i>Sr. presidente, pelos valores que herdei dos meus pais [...] pela gratidão que tenho a Renovação carismática Católica, à Canção Nova e aos demais movimentos que me ajudaram a me livrar das drogas, pelos milhões de brasileiros que vivem hoje nas drogas e não tem ajuda [...] o meu voto é sim. E o voto do meu suplente, Euclides, também seria sim, Sr. presidente (DEP. EROS BIONDINI – PROS-MG)</i></p> <p><i>A negociação da velha política impediu um suplente do meu partido, o DEM, Marcelo Delaroli, de votar aqui hoje. Por você Marcelo, pelos evangélicos do meu Estado, pelos movimentos sociais [...] e todos os outros que ocuparam as ruas desse país [...] por Lula e Dilma na cadeia, voto sim ao impeachment (DEP. SÓSTENES CAVALCANTE – DEM-RJ)</i></p>
------------------------------	---

Fonte: Autora com base nas notas taquigráficas.

Ainda dentro da categoria de falas eleitoreiras, deputados falavam objetivando atingir a população das cidades ou estados de origem bem como áreas de sua influência, ou seja, seu reduto eleitoral. Nesse momento, o agente político demonstra sua intenção de demarcar posição junto aos eleitores aproveitando a ampla cobertura midiática que o dia oportuno proporcionava. Isso fica claro na fala do deputado Luiz Cláudio, do PR, de Rondônia:

Eu gostaria de, hoje, domingo, quando a população brasileira está nos assistindo, votar projetos para tirar o Brasil da lama. Agora, em respeito a minha família de Rondônia, aos meus eleitores de Rolim de Moura, de todas as cidades e do campo do estado de Rondônia, eu vou votar sim (DEPUTADO LUIZ CLÁUDIO – PR-RONDÔNIA).

Nesse sentido, vale ressaltar o voto do deputado Alfredo Nascimento (PR-AM), que mesmo tendo a Executiva de seu partido fechado questão sobre o voto, optou por votar de forma diferente em nome dos eleitores de seu Estado, a saber:

Sr. Presidente, como sabe V.Exa., eu presido nacionalmente o Partido da República. Em uma reunião da executiva do nosso partido, realizada de forma democrática, majoritariamente o partido decidiu encaminhar o voto não. Em respeito ao meu partido, em respeito aos meus colegas parlamentares, quero comunicar a esta casa que renuncio ao meu mandato de Presidente nacional do Partido da República, porque entendo o meu voto de forma diferente. O meu voto, Sr. Presidente, entendo que não pertence ao Governo, não pertence à oposição, não pertence ao meu partido e sequer pertence a mim. O meu voto pertence ao povo do Amazonas, que me colocou na vida pública há mais de 30 anos, vida pública da qual eu me orgulho muito, e majoritariamente o povo do meu Estado do Amazonas vota pelo impedimento. Eu voto sim, Presidente.

O momento era oportuno para que os deputados dessem seus recados a seus eleitores, pois a sessão aconteceu em um dia de descanso, domingo, com ampla cobertura da mídia e alta audiência da sociedade, que acompanhava o evento na Câmara dos Deputados. Os atores políticos tinham a consciência de que era o momento para fortalecerem sua imagem e representação junto à opinião pública, como fica claro na citada fala do deputado Luiz Cláudio do PR, de Rondônia.

A seguir, no quadro 4, outras narrativas que ilustram as manifestações voltadas aos eleitores.

Quadro 4 – Narrativas da categoria eleitoreira: Estado de origem dos deputados

Alusivas aos eleitores do estado de origem dos deputados	<p><i>Sr. Presidente pelos eleitores de São Paulo, do meu estado, da cidade de São Paulo, [...], que agradecer muito os eleitores que aqui me trouxeram e que me recomendaram votar sim pelo impeachment (DEP. RICARDO TRIPOLI – PSDB-SP)</i></p> <p><i>Sr. Presidente, quando fui eleito no meu Estado, eu jurei, acima de tudo, respeitar e honrar a vontade do meu eleitor, e é em respeito a essa vontade que, hoje, eu voto sim ao impeachment (DEP. ALAN RICK – PRB-AC)</i></p> <p><i>Pela segunda vez, eu vou votar pelo impeachment e, sem dúvida nenhuma, acompanhando aqueles aposentados, pensionistas e idosos que querem que eu vote dessa maneira. Pela recuperação da economia brasileira, pelo combate a recessão e pela garantia de emprego [...], meu voto é sim (DEP. ARNALDO FARIA DE SÁ – PTB-SP)</i></p> <p><i>Para corresponder, Sr presidente, as expectativas dos meus eleitores, dos brasileiros, as expectativas de um Brasil melhor, para combater a corrupção, para que possamos olhar para frente, para um Brasil diferente [...] Jo meu voto só poderia ser, e será, sim ao impeachment [...] (DEP> NELSON MARCHEZAN JUNIOR – PSDB-RS)</i></p>
--	--

Fonte: Autora com base nas notas taquigráficas.

4.1.2 Posição Política

Denomina-se uma das categorias Posição Política por serem suas falas aquelas que demarcam a posição política do agente no campo. Essas narrativas visavam marcar posição seja do partido, que havia fechado questão quanto ao voto, ou efetivamente quanto à postura de apoio ao governo ou contra ele, por princípios que formam as ideias e programas partidários. Essas narrativas foram subcategorizadas em partidárias, alusivas contrárias ao PT e em favor do governo.

Nota-se que partidos da base aliada, para eleger a ex-presidente Dilma Rousseff (PT) e dar sustentação ao seu governo, na votação pela admissibilidade do *impeachment*, dizendo atender ao clamor das ruas e do povo, retiram-se da base aliada e fecham a questão pelo impedimento da presidente orientando seus parlamentares a votarem pelo sim. O que fica claro na narrativa do deputado Adail Carneiro, do PP, do Ceará:

Eu gostaria, inicialmente, de pedir licença a todos os parlamentares desta casa, [...] para reconhecer o trabalho belíssimo que o ex-presidente Lula fez pelo nosso Brasil, dando oportunidade as pessoas mais pobres [...] Quero pedir desculpas a ele, ao ex-governador Cid Gomes, que também fez muito pelo nosso povo cearense, [...], mas eu não posso deixar de atender aos pedidos que chegam a mim pelas redes sociais, para que nós demos uma nova oportunidade ao povo [...] e por esse partido ter fechado questão, eu não poderia emitir meu voto de forma diferente. Meu voto é sim.

Importante destacar o voto de alguns deputados que marcaram suas posições políticas, sejam eles ditos de esquerda, como no caso de membros do PSOL, na fala do deputado Edmilson Rodrigues (PSOL-PA): “Sr. presidente, o meu voto é um rotundo não, com a moral de ser de um partido, o PSOL, que faz oposição, mas oposição de esquerda, programática, socialista ao Governo, e que não é conivente com o golpe à democracia” ou, simplesmente, aqueles que buscavam naquela oportunidade fortalecer o propósito partidário, como se vê na fala do deputado Rubens Bueno (PPS-PR), a saber: “ Sr. presidente, primeiro quero fazer uma homenagem à bancada do PPS, que na sua totalidade está votando pelo impeachment [...] Eu disse, em 1992, que eu estava aqui votando em nome do povo de campo Mourão, que me acolheu, que me recebeu [...] temos agora o compromisso maior de fazer com que a operação lava jato, o Ministério Público, a Polícia federal e o Juiz Sergio Moro possam dar a sua contribuição [...] eu voto sim! ”.

As manifestações das ruas em todo o país foram lembradas por diversos parlamentares em seus votos. Muitos deputados as usaram oportunamente para fortalecer e demarcar suas posições no campo político, assim como influenciados por elas, como o voto do deputado Beto Rosado (PP-RN), que diz:

Agradeço a todo o partido progressista que entendeu o sentimento das ruas e de toda a sua bancada e votou majoritariamente, fez questão de fechar o voto em favor do impeachment. Quero dizer que não agora temos a oportunidade de sonhar, a oportunidade de ter esperança em um futuro melhor. Quero saudar minha cidade, Mossoró, todo o povo Potiguar, minha família, meu pai, Betinho Rosado, que foi parlamentar por cinco mandatos aqui nessa Casa. Meu voto é sim.

O quadro 5, a seguir, traz outros exemplos.

Quadro 5 – Narrativas da categoria posição política: Partidária

Partidária	<p><i>Exclusivamente por orientação partidária, mas com o sentimento de tristeza, o meu voto é sim (IRACEMA PORTELLA – PP-PI)</i></p> <p><i>Sr. Presidente, em homenagem ao PPS, que nesse processo todo foi altivo, firme e decidido; em homenagem ao grande brasileiro, presidente nacional, deputado Roberto Freire; em homenagem ao setor ativo, inovador e gerador de renda, que é o setor agropecuário; e para que venha um governo de reconstrução nacional e que o Brasil vença hoje, eu voto sim, Sr. Presidente (ARNALDO JARDIM – PPS-SP)</i></p> <p><i>Sr. Presidente, com aposição já consolidada aqui no plenário, eu poderia ser oportunista, mas não sou em virtude do meu posicionamento partidário, meu voto é não, Sr. Presidente (JOÃO CARLOS BACELAR – PR-BA)</i></p>
-------------------	---

Fonte: Autora com base nas notas taquigráficas.

Durante todo o dia de votação, o qual durou mais de nove horas, foram percebidas diversas manifestações, tumultos, confusões e até xingamentos entre os parlamentares. Um cenário espetacular, cheio de representações, algumas teatrais.

Assim, como o momento de votação do deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ) e do deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), ambos cobertos por vaias, onde o Deputado Wyllys, após deixar o microfone e, sendo provocado pelo deputado Bolsonaro, reage com uma cusparada em seu rosto. O incidente causa tumulto, provoca gritarias e empurra-empurra entre os parlamentares, cena amplamente difundida pela televisão e vista por milhões de brasileiros. O deputado Jean Wyllys, em seu pronunciamento, rebate a narrativa provocadora do deputado Bolsonaro, embora falasse a um grupo de brasileiros que reclama a volta dos militares ao poder do país, e demonstra sua posição ideológica e partidária, quando ao microfone manifesta:

Em primeiro lugar, eu quero dizer que eu estou constrangido de participar dessa farsa sexista, dessa eleição indireta, conduzida por um ladrão, urdida por um traidor, conspirador, apoiada por torturadores, covardes, analfabetos políticos e vendidos. Em nome dos direitos da população LGBT, do povo negro extermínado nas periferias, dos trabalhadores da cultura, dos sem-teto, dos sem-terra, eu voto não ao golpe. E durmam com essa, canalhas! (JEAN WYLLYS – PSOL-RJ).

Aqui devemos destacar a votação do partido do Governo, o PT, além daqueles que continuaram fiéis a ele. Muitas falas são contundentes e demarcam posições, além de fazerem duras críticas aos partidos de apoio ao impedimento da presidente Dilma Rousseff (PT). Nesse momento, nota-se claramente a opinião que o deputado assume em concordância com sua trajetória política e seu perfil. Os membros do PT obviamente votaram contra e consideraram a sessão uma tentativa de golpe. Entretanto, outros partidos divididos em suas opiniões, contaram com membros que manifestaram em seus votos a discordância pelo impedimento, como no caso do deputado Marcelo Castro (PMDB-PI), que fez o seguinte pronunciamento:

Sras e Srs. Deputados, isso aqui hoje não é uma eleição indireta, é um processo de impeachment de um Presidente da república num país presidencialista. Para isso, pressupõe-se que haja um crime de responsabilidade. A presidente Dilma não matou, não roubou, não tem contas no exterior, não descumpriu nenhuma lei do país. Ela é uma pessoa digna, honesta e honrada. Não há crime de responsabilidade, não há nenhum crime. Todo esse processo é artificial, é forjado, é falso. Por isso eu voto contra.

Outras falas de mobilização da esquerda na tentativa de evitar o impedimento da presidente Dilma e de fortalecer sua postura perante parte da sociedade que não concordava com tal processo podem ser ilustradas pelas narrativas dos deputados Waldir Maranhão (PP-MA) e do deputado Sibá Machado (PT-AC). São elas respectivamente: “Sr. Presidente [...] todos nós estamos emocionados. [...] Eu quero dizer que o Partido progressista firmou questão. Mas, em desacordo com a posição do meu partido, eu quero dizer, meu Presidente querido [...]. Em defesa da Constituição, em defesa da democracia, voto não ao golpe, contra o impeachment”. (DEP. WALDIR MARANHÃO – PP-MA).

Sr. Presidente, falar aqui em democracia para tentar aplicar um golpe de Estado no nosso Brasil é no mínimo uma hipocrisia. Por aquela trabalhadora que conseguiu ter uma carteira assinada, por aquele trabalhador que conseguiu colocar o seu filho numa Universidade, por aquele cidadão que conseguiu colocar seu filho em Harvard ou no MIT, pelo trabalhador rural que recebeu energia elétrica na sua casa, pelo fim da hipocrisia meu voto é não (DEP. SIBÁ MACHADO – PT-AC).

Ademais, o quadro 6, aborda outros exemplos.

Quadro 6 – Narrativas da categoria posição política: Fiéis ao governo

Fiéis ao governo	<p><i>Sr. Presidente, telespectadores do Brasil, eu dei a minha juventude em defesa da liberdade, da justiça, do direito e pela democracia [...] em respeito a presidente Dilma [...] eu voto não a esse golpe parlamentar (DEP. JOSÉ AIRTON CIRILO – PT-CE)</i></p> <p><i>Sr. Presidente, em defesa dos direitos indígenas e dos quilombolas, em defesa da reforma agrária, em defesa da agricultura familiar, em defesa do Minha Casa Minha Vida, em defesa da Constituição e da democracia, eu sou contra a esse golpe tramado pelo presidente desta Casa e pelo Vice-Presidente Michel Temer (DEP. NILTO TATTO – PT-SP)</i></p> <p><i>Olha aonde nós chegamos tida Dilma, entra Temer! Tira Temer, entra Cunha! Tira Cunha, entra Renan! Que Brasil é esse? Voto não (DEP. CÉSAR MESSIAS – PSB-AC)</i></p>
-------------------------	--

Fonte: Autora com base nas notas taquigráficas.

Da mesma forma, diante de um Brasil dividido naquele momento, entre esquerda e direita, o vermelho versus o verde e amarelo das ruas, os partidos ditos de direita e/ou de centro direita também faziam suas explanações no parlamento definindo suas posições junto aos seus pares, na maioria, em conformidade com as bancadas que representam. Algumas falas devem ser ressaltadas como a simbólica narrativa do deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ), a saber:

Neste dia de glória para o povo brasileiro, um nome entrará para a história [...] Parabéns, Presidente Eduardo Cunha (PMDB) [...] Perderam em 1964. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula que o PT nunca teve, contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra a Folha de S Paulo, pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff (PT) [...] pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, meu voto é sim.

Assim como as narrativas contundentes de parlamentares que demonstravam o ódio e a aversão pelo Partido dos Trabalhadores, as quais, sem a preocupação quanto a existência ou não do crime de responsabilidade da presidente Dilma Rousseff (PT), fortaleciam a posição do “Fora”, como colocam, na hora do voto, os deputados Fernando Francischini e Rodrigo de Castro:

Sr. Presidente, como Delegado de polícia federal, meu voto vai pelo fim da facção criminosa ‘lulopetista’, fim da ‘pelegagem’ da CUT, fim da CUT e seus marginais. Viva a Lava Jato, a república de Curitiba! E a minha bandeira nunca será vermelha! Sim, Presidente! (DEP. FERNANDO FRANCISCHINI – SD-PR).

Por um futuro melhor para a nossa gente, precisamos reconstruir o país, arrasado pela quadrilha do PT. [...]. Pelos exemplos e ensinamentos de meu pai, [...] em memória de Juscelino e Tancredo, em honra a bandeira de Minas Gerais, sim ao impedimento da presidente da república (DEP. RODRIGO DE CASTRO – PSDB-MG)

No quadro a seguir algumas narrativas na hora do voto que valem destaque:

Quadro 7 – Narrativas da categoria posição política: Alusivas ao PT

Alusivas ao Partido dos Trabalhadores – Fora PT	<p><i>Pátria amada, Pátria amada, seu filho delegado Waldir não foge à luta. Por ti, Goiânia querida, por ti, Goiás, pelo meu país [...], pelas famílias e pelas pessoas de bem, meu voto é sim. Fora Dilma! Fora Lula! Fora PT (DEP. DELEGADO WALDIR – PR-GO)</i></p> <p><i>Sr. Presidente, desculpe-me o PR, meu partido, mas pela minha mãe, Melanie, pelas minhas três filhas, pelo meu neto e pelo Brasil eu voto sim. E que o Brasil esteja comprometido pela segurança pública. Fora PT! (DEP. LAERTE BESS – PR-DF)</i></p> <p><i>Sr. Presidente, ao contrário do que muitos querem fazer crer, uma eleição não dá o direito de saquear o Brasil. Por um país melhor, por mais esperança para a nossa população, [...] do Brasil. É sim, pelo impeachment! Fora PT! Fora roubalheira! (DEP. ROCHA – PSDB-AC)</i></p>
--	---

Fonte: Autora com base nas notas taquigráficas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista as análises realizadas e expostas, apesar das manifestações políticas midiáticas e espetaculares, vê-se nas narrativas dos agentes políticos a predominância do propósito político partidário aproveitando a visibilidade que a cobertura dos meios de comunicação proporciona. O sentido das falas, na hora do voto, deixa claro que se trata da intenção de demarcação da atuação no campo político, pouco importando se a teia que construiu a aceitação da denúncia pelo *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) havia de ser respaldada em uma base legal, prevista na Constituição Federal, a qual prevê a instauração de processo de impedimento do presidente quando da existência de atos cometidos que constituam crime de responsabilidade fiscal.

Cabe recordar que o motivo pelo qual a ex-presidente Dilma Rousseff (PT) foi levada ao processo de *impeachment* foi o crime de responsabilidade, as chamadas “pedaladas fiscais” que, como mostram as narrativas dos parlamentares, foram esquecidas e ignoradas no momento da votação pela admissibilidade do seu afastamento. Os parlamentares, aproveitando-se da ampla cobertura dos meios de comunicação, principalmente o televisivo, falavam ora para seus eleitores, dando cada um a seu modo ênfase em suas crenças ou feitos, ora explicitando ideias e posições partidárias.

As falas exploradas nesse estudo não contemplaram o tema crime de responsabilidade como mote para o impedimento da ex-presidente. Quando o tema surge é na voz daqueles parlamentares que acreditam na inexistência do crime e, sendo assim, consideram a votação um golpe do parlamento, posição minoritária, exclusiva do Partido dos Trabalhadores (PT) e de alguns outros ainda fiéis ao governo. Notório foi aos cidadãos o desvio temático daquela histórica sessão na Câmara dos Deputados.

As falas são políticas eleitoreiras ou de posição política, com um cunho, muitas vezes espetacular, teatral, mas buscam atingir os anseios das massas, se fazer ver e fazer crer, aproveitando toda a cobertura da mídia. Dessa forma, como conceitua Bourdieu (2011), o agente político vai definindo posição no campo, as falas têm um vínculo, um propósito de demarcar a atuação. O momento, histórico para o país, pois se tratava de impedir um Governo de ‘esquerda’, no poder pelo

quarto mandato presidencial, era a oportunidade de acumular créditos e evitar o descrédito de eleitores ou de seus pares.

Os partidos, ainda que inicialmente da base aliada do Governo, abandonaram o bloco de apoio à ex-presidente à medida que sua popularidade diminuía, fortemente estimulados pelas manifestações das ruas, iniciadas pelas chamadas Jornadas de Junho de 2013, assim como pelos resultados econômicos desfavoráveis.

A base do governo era formada majoritariamente por pequenos partidos, com baixa penetração popular sendo uma base pouco confiável, muito em função das próprias características do sistema multipartidário brasileiro, como se viu na formação da legislatura (2015-2018). Esses partidos são mais sensíveis às pressões da imprensa, opinião pública e seus apoiadores. Em princípio, o governo Dilma contava com o apoio do PMDB, um dos maiores partidos da Casa em número de parlamentares. Porém, o partido também não se mostrou fiel diante das atitudes do deputado Eduardo Cunha (PMDB), impondo as denominadas pautas bombas e ameaças de instauração de CPIs (Comissão Parlamentar de Inquérito), até a aceitação do pedido de impedimento da ex-presidente.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Revista de Ciências Sociais**, n. 1, v. 31, p. 5-34, 1998.
- BACKES, Ana Luiza. **A 55ª. Legislatura. Câmara dos Deputados**. Consultoria legislativa. Estudo Janeiro, 2015
- BARBOSA, Diana Teixeira. **Uma análise sobre a construção da imagem pública de Severino Cavalcanti**. Universidade de Brasília. Dissertação (Mestrado), 2006, 128 f.
- BARDIN L. (2011). **Análise de Conteúdo**. Lisboa: edições 70.
- BOURDIEU, Pierre. **O Campo político**. Revista Brasileira de Ciência Política. No. 5. Brasília. Janeiro/Julho, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro, 1997.
- DEBORD, GUY. **A Sociedade do espetáculo**. 1997
- FERNANDES, C. M. **A liderança da Presidente Dilma Rousseff na imprensa internacional: uma análise dos jornais El País, Le Monde e The New York Times**. São Paulo: Porto de Ideias, 2012.
- FERNANDES, Carla M.; OLIVEIRA, Luiz A. de; LEAL, Paulo Roberto F.; MARTINS, Thamiris Franco. **Campanha permanente de Dilma Rousseff (PT): uma análise da comunicação governamental e das estratégias eleitorais**. Mediaciones Sociales, no. 15, 2016, p.81-100. Universidade Complutense De Madri.
- GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. São Paulo: Vozes, 2008.
- GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. Paulus. São Paulo, 2004.
- HEMZO, Liliana Fusco. **A PRODUÇÃO DA IMAGEM NA POLÍTICA: uma análise do vestuário de Marta Suplicy em tempos de midiatização**. Dissertação (Mestrado) Universidade paulista – UNIP. 2017, 188f.
- IANNI, Octávio. **O Príncipe Eletrônico**. Perspectivas. São Paulo, 1999.
- LIMA, Patrícia Cristina de. **Porta dos Fundos: Humor e Política nas Webséries Brasileiras**. Dissertação (Mestrado). Universidade Paulista – UNIP. 2017, 207 f.
- LIMA, Venício Arthur de. **A mídia e a abordagem da corrupção**. Revista do Capp, Belo Horizonte, n. 1, vol. XIX, p. 35-45, 2013.

LIMA, Venício de A. **Sete teses sobre mídia e política no Brasil.** Revista USP. N.61. São Paulo. Março/Maio, 2004.

MIGUEL, Luis Felipe. **Os meios de comunicação e a prática política.** Lua Nova, 2002.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em Movimento.** São Paulo, Cia das letras, 2013.

OLIVEIRA, Luiz Ademir de; LEAL, Paulo Roberto Figueira; MARTINS, Thamiris Franco. **Dilma Rousseff (PT) (PT) e a retórica da situação na disputa eleitoral de 2014: Uma análise das estratégias de comunicação da candidata no horário gratuito de propaganda eleitoral (HGPE).** Comunicación Política y Democracia en Latinoamerica: Retos y Perspectivas. São Paulo, 2016

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Espetáculo, Política e Mídia.** Universidade Federal da Bahia, 2000.

SODRÉ, M. Existe consciência ética na imprensa? En: R. PAIVA (Org.). **Ética, cidadania e imprensa.** Rio de Janeiro: Mauad, p. 166-187, 2002.

SOUZA, Jessé. **A Radiografia do Golpe.** Leya Editora. São Paulo, 2016

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade.** Petrópolis: Vozes, 2012.

WEBER, Maria Helena. **Imagem Pública.** Miolo Comunicação e Política. PMD. Julho 2004, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

WEBER, Maria Helena. **O estatuto da Imagem Pública na disputa política.** ECO-PÓS, v. 12, n. 3, setembro-dezembro, p. 11-26, 2009.